

Índice das notas explicativas

Informações gerais	Nota 01
Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis	Nota 02
Sumário das práticas contábeis	Nota 03
Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas	Nota 04
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 05
Investimentos de curto prazo	Nota 06
Títulos e valores mobiliários	Nota 07
Contas a receber de clientes	Nota 08
Outros tributos compensáveis	Nota 09
Ativo financeiro da concessão	Nota 10
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	Nota 11
Investimentos em controladas	Nota 12
Participação dos acionistas não controladores	Nota 13
Propriedades para investimentos	Nota 14
Imobilizado	Nota 15
Intangível	Nota 16
Fornecedores	Nota 17
Imposto de renda e contribuição social a pagar	Nota 18
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	Nota 19
Outras obrigações	Nota 20
Provisão para gastos ambientais	Nota 21
Provisão de constituição de ativos	Nota 22
Taxas regulamentares e setoriais	Nota 23
Empréstimos e financiamentos	Nota 24
Debêntures	Nota 25
Provisões para contingências	Nota 26
Patrimônio líquido	Nota 27
Resultado por ação	Nota 28
Receita operacional líquida	Nota 29
Suprimento de energia e energia comprada para revenda	Nota 30
Custos e despesas operacionais	Nota 31
Receitas e despesas financeiras	Nota 32
Imposto de renda e contribuição social	Nota 33
Partes relacionadas	Nota 34
Instrumentos financeiros	Nota 35
Informações por segmento	Nota 36
Benefícios a empregados	Nota 37
Seguros	Nota 38
Eventos subsequentes	Nota 39

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, Peru e Colômbia, além de participar em cinco empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Companhia Transleste de Transmissão, Companhia Transirapé de Transmissão e Companhia Transudeste de Transmissão), Alupar Inversiones Peru S.A.C. (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Chile Inversiones SpA, Windepar Holding S.A (controladora da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) e Alupar Colombia S.A.S. (controladora da Risaralda Energía S.A.S.E.S.P., Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.)

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Dados das empresas controladas e investidas:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia e suas investidas possui aproximadamente 7.726 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.750 km em operação e 2.976 km em fase pré-operacional. O detalhamento das concessões está conforme quadro a seguir:

Empresas	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da operação	Extensão da linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2018-2019)	Índice de reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão tarifária prevista
			Início	Fim							
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01	12/06/31	25/08/02	323 km	500KV	51.228	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02	11/12/32	12/02/05	464 km	500 Kv	234.740	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02	11/12/32	15/09/04	179 km	230 Kv	52.687	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01	12/06/31	10/03/03	924 km	500 Kv	227.207	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00	01/11/30	26/03/02	253 km	525 Kv	49.564	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04	18/02/34	01/01/06	541 km	500 kv	189.195	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150 km	345 kv	42.543	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140 km	345 kv	26.369	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65 km	230 Kv	34.535	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06	27/04/36	08/11/07	195 km	230 kv	45.238	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04	18/02/34	03/10/07	51 km	525 Kv	27.786	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07	20/04/37	12/12/08	107 km	230 Kv	14.501	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08	16/10/38	30/06/11	775 km	230 Kv	48.313	IPCA	Não	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09	19/11/39	22/11/11	348 km	500/230 Kv	51.535	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09	19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345 Kv	13.471	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10	12/07/40	16/12/11	235 km	230 kv	12.900	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10	23/12/40	23/12/12	Subestação	138/230 Kv	11.036	IPCA	Não	Sim
Transnorte Energia S.A.	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12	25/01/42	Pré Operacional	715 km	500 Kv	6.312	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12	10/05/42	19/01/15	Subestação	230/525 Kv 138/230 kv	20.151	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14	05/09/44	Pré Operacional	SE+40 Km	230/345 Kv	36.592	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16	02/09/46	Pré Operacional	10 km	500/230 Kv	53.759	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16	02/09/46	Pré Operacional	Subestação	345/138 Kv	31.207	IPCA	Não	Sim
Transmissora Caminho do Café S.A.	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17	10/02/47	Pré Operacional	288 km	500 kv	155.013	IPCA	Não	Sim
Transmissora Paraíso De Energia S.A.	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17	10/02/47	Pré Operacional	541 km	500 kv	227.975	IPCA	Não	Sim
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17	10/02/47	Pré Operacional	236 km	500 kv	26.369	IPCA	Não	Sim
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17	11/08/47	Pré Operacional	330 km	500 Kv	104.151	IPCA	Não	Sim
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (**)	Virgínia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	N/A	N/A	Pré Operacional	200 km	500 Kv	N/A	IPP	Não	Sim
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A	Bom Jesus da Lapa - Bahia	011/2016	29/09/16	29/09/46	Pré Operacional	446 km	500 kv	134.821	IPCA	Não	Sim
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	Ibicoara (BA)- Ibicoara (BA)	015/2016	01/12/16	01/12/46	Pré Operacional	170 km	500 Kv	60.069	IPCA	Não	Sim
Total						7.726 km		1.989.267			

(*) A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia possui revisão tarifária periódica para RBNI
(**) A concessão da Transmissora Colombiana de Energia está localizada na Colômbia, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

Concessões e autorizações de geração de energia elétrica

A Companhia e suas investidas detém os direitos de concessão e/ou autorização de 6 PCHs, 4 UHEs e 5 parques eólicos, que totalizam 687 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões e/ou autorizações com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá, Ceará (parques eólicos), Goiás (Verde 8 Energia S.A.) e, futuramente, no Estado de Minas Gerais (Água Limpa S.A.). A Companhia também possui o controle da Risaralda Energia SAS/ESP (Colômbia) por meio da Alupar Colombia S.A.S e detém controle da La Virgen S.A.C (Peru) por meio da Alupar Inversiones Peru S.A.C.

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Empresas	Localização	Contrato de Concessão / Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Concessão/ Autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	15/08/41	05/08/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A.	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	15/08/41	29/03/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 - 716/2006	07/04/04	07/04/34	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 - 715/2006	07/04/04	07/04/34	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A	Rio Araguaari - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	09/11/45	04/11/14	252,0	153,1
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16,8	8,7
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	Rio de Janeiro (RJ)	N/A	N/A	N/A	Pré Operacional	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*)	Rio Risaralda (PCH Morro Azul)	N/A	N/A	N/A	10/09/2016	19,9	13,2
Verde 8 Energia S.A.	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	REA 3.702/12 - 4.684/14 - REA 5.953/16	24/10/12	15/06/44	Pré Operacional	30,0	18,7
Água Limpa S.A.	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C.(*)	Rio Tarma - Peru	253/2005 - 313/2008		N/A	Pré Operacional	84,0	49,3
Total						687,0	411,3

(*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

2.Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi autorizada a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 29 de março de 2019.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil BR GAAP., incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as praticas adotadas no Brasil ou com as praticas internacionais.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 34 de Instrumentos Financeiros.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros e contratuais da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças de estimativas as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de suas controladas e investidas, com exceção das controladas Alupar Inversiones Peru S.A.C. e La Virgen S.A.C cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, da controlada Risaralda Energia SAS ESP cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile Inversiones SpA cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis demonstrações contábeis. Todos os efeitos de tradução são reconhecidos em resultado abrangente. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

Alupar Investimento S.A.

•

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação das mesmas:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2018	31/12/2017
Participação direta				
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	"Alupar Peru"	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	"Transminas"	Holding	70,02	70,02
Alupar Chile Inversiones SpA	"Alupar Chile"	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	"Foz"	Geração	69,83	69,83
Ijuí Energia S.A.	"Ijuí"	Geração	86,66	86,66
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	"Lavrinhas"	Geração	61,00	64,19
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	"Queluz"	Geração	68,83	68,83
Ferreira Gomes Energia S.A	"Ferreira Gomes"	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	"GET"	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	"Risaralda"	Geração	0,34	0,34
Verde 8 Energia S.A.	"Verde 8"	Geração	85,00	99,90
Água Limpa S.A.	"Água Limpa"	Geração	99,99	90,00
La Virgen S.A.C.	"La Virgen"	Geração	5,52	6,71
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	"EATE"	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	"STN"	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	"ETES"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	"ETEP"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	"ENTE"	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	"ERTE"	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	"ECTE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	"ETEM"	Transmissão	62,79	62,79
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	"ETVG"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	"ELTE"	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	"Lumitrans"	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	"STC"	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	"ACE"	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	"AF"	Serviços	100,00	99,99
Windepar Holding S.A.	"Windepar"	Holding	100,00	100,00
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	"ETAP"	Transmissão	100,00	99,98
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	"ETC"	Transmissão	100,00	99,98
Alupar Colombia S.A.S	"Alupar Colombia"	Holding	100,00	100,00
Transmissora Caminho do Café S.A.	"TCC"	Transmissão	51,00	51,00
Transmissora Paraíso De Energia S.A.	"TPE"	Transmissão	51,00	51,00
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	"TSM"	Transmissão	51,00	51,00
Transmissoras Reunidas S.A.	"Transmissoras Reunidas"	Holding	99,99	99,99

Alupar Investimento S.A.

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2018	31/12/2017
Participação indireta				
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	"EBTE"	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	"Lumitrans"	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	"STC"	Transmissão	30,79	30,79
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	"Transleste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	"Transudeste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	"Transirapé"	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	"ESDE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	"ETSE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (vi)	"ESTE"	Transmissão	50,02	99,90
La Virgen S.A.C. (v)	"La Virgen"	Geração	79,06	74,55
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	"ERTE"	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	"Transleste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	"Transudeste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	"Transirapé"	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	"STC"	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	"ERTE"	Transmissão	19,01	19,01
Energia dos Ventos I S.A. (viii)	"EDV I"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A. (viii)	"EDV II"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A. (viii)	"EDV III"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A. (viii)	"EDV IV"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.(viii)	"EDV X"	Geração	100,00	100,00
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (ix)	"Risaralda"	Geração	99,62	99,62
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (ix)	"TCE"	Transmissão	99,99	99,00
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (vii)	"EDTE"	Transmissão	25,06	-

- (i) Controladas diretamente pela EATE
- (ii) Controladas diretamente pela Transminas
- (iii) Controlada diretamente pela ETEP
- (iv) Controlada diretamente pela ECTE
- (v) Controlada diretamente pela Alupar Peru
- (vi) Participação indireta via EATE
- (vii) Participação indireta via ENTE
- (viii) Participação indireta via Windepar
- (ix) Participação indireta via Alupar Colombia

A) Aquisição de participação na empresa ETB – Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("ETB")

Em 01 de novembro de 2017, a Companhia através de seu Conselho de Administração aprovou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e de Cessão de Direito de Subscrição com a Apollo 12, que reflete a aquisição de 50% do capital social e votante da ETB Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Em 06 de fevereiro de 2018, através do Despacho nº 327, a ANEEL anuiu a operação de compra.

B) Aquisição da Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (“EDTE”) pela Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”)

A ENTE pagou pela Aquisição, o valor de R\$ 5.867, com data base de 30 de agosto de 2017 (“Data Base”), sendo R\$ 2.045 referente ao efetivo pagamento pelas ações adquiridas e R\$ 3.822 referente às despesas incorridas pela EDTE relacionadas ao Empreendimento. O valor pago pela ENTE foi acrescido, proporcionalmente ao seu percentual de aquisição no capital social da EDTE, dos custos e despesas diretamente relacionados à implementação do objeto do contrato de concessão, comprovada e razoavelmente incorridos, pela IB e aportados pela Vendedora na IB desde a Data Base até 10 (dez) dias antes da data do fechamento (“Preço de Aquisição”). O Preço de Aquisição foi pago e devidamente corrigido pela taxa do CDI apurada entre a Data Base e a data de fechamento. Em 06 de fevereiro de 2018, através do Despacho nº 327, a ANEEL anuiu a operação de compra e em 27 de março de 2018, após anuência do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, foi concluída a transferência para a ENTE da participação acionária de 50,100147% do capital social da EDTE, mediante o pagamento no montante de R\$ 7.057 pelas ações adquiridas. Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a deter indiretamente 25,06% da EDTE.

C) Venda de participação da PCH Verde 8

Em 26 de julho de 2018 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que em razão de parceria anteriormente estabelecida com a Volts Empreendimentos e Participações Ltda. (“Volts”) para desenvolvimento da PCH Verde 8, concretizou o exercício de opção de compra desta última de 15% (quinze por cento) das ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da Verde 8 Energia S.A., mediante a venda de 16.149.057 (dezesseis milhões, cento e quarenta e nove mil e cinquenta e sete) ações para a Volts, pelo montante de R\$ 17.115 (dezessete milhões, cento e quinze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos). O registro contábil dessa transação deu-se da seguinte maneira: baixa de investimento pelo valor patrimonial no montante de R\$ 16.128, ganho pela variação de participação no montante de R\$ 987, e um efeito no caixa no montante de R\$ 17.115.

D) Leilões Eletrobras

A Companhia em 27 de setembro de 2018, sagrou-se vencedora dos Lotes K , M e O (em Consórcio) do Leilão Eletrobras nº 01/2018, para alienação das participações societárias da Eletrobras e controladas em Sociedades de Propósito Específico (SPE), reunidas em 18 lotes.

O Lote K é composto pela alienação de 49% (quarenta e nove por cento) da participação societária detida pela Eletrobrás na Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“TME”), empresa esta que a Alupar já é acionista. O lance vencedor, apresentado pela Companhia, foi correspondente ao valor mínimo de R\$ 109.529.752,92 (cento e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos). A Alupar celebrou em 14 de março de 2019 o respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações com a Eletrobras e, tão logo sejam concedidas as anuências prévias do CADE, ANEEL e agentes financiadores, será realizada a transferência das ações.

O Lote M é composto pela alienação de: (i) 24,50% (vinte e quatro vírgula cinquenta por cento) da participação societária detida pela Eletrobrás na Companhia Transirapé de Transmissão; (ii) 24,00% (vinte e quatro por cento) da participação societária detida pela Eletrobrás na Companhia Transleste de Transmissão; e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) da participação societária detida pela Eletrobrás na Companhia Transudeste de Transmissão (em conjunto “Transmineiras”), empresas estas que a Alupar também já é acionista indireta. O lance vencedor para as 3 (três) empresas, apresentado pela Companhia, foi correspondente ao valor mínimo do lote de R\$ 78.375.909,74 (setenta e oito milhões, trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e nove reais e setenta e quatro centavos). O lote, entretanto, foi adjudicado pela TAESA.

Alupar Investimento S.A.

A Eletrobras celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a TAESA na data de 12 de março de 2019, para venda da totalidade das ações das Transmineiras, de propriedade da Eletrobras, por entender que, por força do disposto nos Acordos de Acionistas das Transmineiras, somente a TAESA teria direito de preferência para a aquisição das referidas ações. Nossa controlada Transminas, por não concordar com a interpretação feita por Eletrobras e TAESA a respeito do direito de preferência, ingressou com medida judicial e obteve liminar para suspensão da transferência das ações, conforme Agravo de Instrumento nº 2051956-60.2019.8.26.0000, o qual tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Lote O é composto pela alienação de 49% (quarenta e nove por cento) da participação societária detida pela Eletrobras na Amazônia – Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (“AETE”).

A participação da Companhia neste lote se deu através do Consórcio Olympus VI, cujo lance vencedor foi de R\$ 94.874.000,00 (noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta e quatro mil reais), com ágio de 10% (dez por cento) em relação ao valor mínimo. Em decorrência da adjudicação, Alupar e CSHG PERFIN APOLLO 16 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGICA. (“APOLLO 16”) constituíram a APAETE Participações em Transmissão S.A. (“APAETE”), para adquirir a participação societária da Eletrobras na AETE, conforme exigido pelo Edital do leilão. Cabe destacar que a Alupar detém 25,50% (vinte e cinco vírgula cinquenta por cento) do capital social total da APAETE e a APOLLO 16, 74,50% (setenta e quatro vírgula cinquenta por cento), respectivamente. Ademais, a Alupar detém 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da APAETE e a APOLLO 16, 49% (quarenta e nove por cento).

Em 11 de março de 2019, a APAETE celebrou com a Eletrobras o Contrato de Compra e Venda de Ações da AETE e, depois de obtidas as anuências prévias da ANEEL e CADE, será realizada a transferência das ações.

Seguem abaixo informações a respeito dos Lotes adjudicados:

	Lote O	Lote M			Lote O
Projeto	“TME”	“TRANSIRAPÉ	“TRANSLESTE”	“TRANSUDESTE”	“AETE”
Lance Mínimo	109.529.752,92	78.375.909,74			86.248.758,26
Lance Vencedor	109.529.752,92	78.375.909,74			94.874.000,00
Ágio	0,0%	0,0%			10,0%
Participação Adquirida	49,0%	24,5%	24,0%	25,0%	49,0%
RAP* (MM - R\$)	51,5	34,5	42,5	26,4	49,5
RAP* - (%) ELETROBRAS	25,2	8,5	10,2	6,6	24,3
Entrada em Operação	22/11/2011	23/05/2007	18/12/2005	23/02/2007	24/08/2005
Localização	MT	MG			MT
Extensão	348 km	65 km	150 km	140 km	193 km
Tensão	500 kv	230 kv	345 kv	345 kv	230 kv

*RAP ciclo 2018 – 2019

Alupar Investimento S.A.

As seguintes investidas estão registradas nas demonstrações contábeis por meio do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2018	31/12/2017
<u>Controladas em conjunto</u>				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	"TME"	Transmissão	46,00	46,00
Transnorte Energia S.A.	"TNE"	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão Baiana S.A	"ETB"	Transmissão	50,00	-

O exercício findo das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes (vide nota explicativa 34). A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado do exercício do resultado abrangente das demonstrações do valor adicionado e na mutação do patrimônio líquido consolidados.

2.6 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.6.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

2.6.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.6.2.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. A Companhia entende que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos.

2.6.2.2 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros, inclusive ágio

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativa do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento da taxas e juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação a qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;

2.6.2.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

2.6.2.4 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.6.2.5 Momento de reconhecimento do ativo financeiro e contratual

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

2.6.2.6 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro e contratual

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3. Sumário das práticas contábeis

A Companhia e suas controladas e coligadas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário

3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

O Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

b) Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Alupar Investimento S.A.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
A companhia e suas e controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- ✓ como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas e controladas;
- ✓ os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- ✓ a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- ✓ Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Alupar Investimento S.A.

A Companhia suas coligadas e controladas considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas coligadas e controladas considera:

- ✓ eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- ✓ termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- ✓ o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- ✓ os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 201

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos e estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.1.3 Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros ao custo amortizado. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia suas coligadas e controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Companhia suas coligadas e controladas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia suas coligadas e controladas considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

Alupar Investimento S.A.

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia suas coligadas e controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido a longa data com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

3.1.5 Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Ate 31 de dezembro de 2017 a infraestrutura de acordo com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

A partir de 01 de janeiro de 2018 as controladas e coligadas do segmento de transmissão passaram a registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

As controladas e coligadas do segmento de transmissão classificam dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 15,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com remuneração pela implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos na conta de “Outras obrigações” e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Taxas regulamentares e setoriais diferidas” no passivo circulante e não circulante.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora.

3.3 Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 15, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2018.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (direito de exploração) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao direito de exploração decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A Companhia avalia periodicamente se existe indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018 considerando o custo total do ativo e seus contratos de fornecimento de energia a Companhia realizou o teste de recuperação do ativo imobilizado de sua controlada Ferreira Gomes Energia S.A. a qual possuía um ativo imobilizado no montante de R\$ 1.456.694 mil apresentado nas demonstrações contábeis.

Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método do valor presente dos fluxos de caixa da operação esperados, utilizando uma taxa de desconto após os impostos (WACC) de 9,07% e o contratos de fornecimento até o final da concessão (Nov/2045). O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi maior que seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi reconhecida.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2 Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.6.3 Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.7 Passivos financeiros – classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; custo amortizado, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Alupar Investimento S.A.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado onde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei nº 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- **Lucro Real -** Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. Os cálculos de impostos estão demonstrados na nota explicativa n.32.

3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1 Receita de transmissão de energia elétrica

Até 31 de dezembro de 2017, as controladas do segmento de transmissão classificavam a infraestrutura de transmissão como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração de infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projet, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito da contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de Contrato.

Segue um detalhamento sobre a composição das receitas:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e é reconhecida a partir da entrada em operação.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

Maiores detalhes das premissas utilizadas estão descritos conforme nota explicativa 10.

3.14.2 Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.14.3 Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.16 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reserva Global de Reversão (RGR) e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Alupar Investimento S.A.

O RGR é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

3.17 Segmento Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.18 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O grupo elaborou demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.20 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas

4.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia e suas investidas adotaram o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nessas demonstrações contábeis.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

(i) Classificação - Ativos financeiros

A nova norma determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas nacionais interpretaram inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber da concessão, como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), pois pretendem manter o ativo até o vencimento para receberem os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

A tabela a seguir e notas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	1.417.211	1.417.211
Investimento de Curto Prazo	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	260.699	260.699
Títulos e Valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	109.683	109.683
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	318.940	318.940
Total de ativos financeiros			2.106.533	2.106.533

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros

A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Nos segmentos de geração, transmissão e comercialização a Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma em PECLD (Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa), bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

(iii) Contabilidade de hedge

A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. As novas regras não impactarão a Companhia e suas controladas devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia e suas controladas adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.14.1, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pela nova norma, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber de implementação da infraestrutura e outras remunerações do ativo da concessão, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 4.323.510, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 5.531.458. A diferença dos critérios de mensuração, líquido dos impostos no montante de R\$ 233.468 foi contabilizado diretamente em lucros acumulados.

As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 é como segue apresentado abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 01/01/2018 antes dos ajustes	Ajustes da adoção CPC 47	Saldo em 01/01/2018 após os ajustes	Saldo em 01/01/2018 após os ajustes	Ajustes da adoção CPC 47	Saldo em 01/01/2018 após os ajustes
ATIVO	4.826.667	233.468	5.060.135	11.463.372	866.027	12.329.399
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	4.323.510	(4.323.510)	-
Ativo contratual da concessão	-	-	-	-	5.189.537	5.189.537
Investimentos	4.536.281	233.468	4.769.749	-	-	-
Demais Contas não impactadas	290.386	-	290.386	7.139.862	-	7.139.862
PASSIVO	942.737	-	942.737	5.856.575	556.593	6.413.168
IR e CS Diferido	-	-	-	435.151	163.650	598.801
Demais Tributos Diferidos	-	-	-	-	392.943	392.943
Demais Contas não impactadas	942.737	-	942.737	5.421.424	-	5.421.424
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.883.930	233.468	4.117.398	5.606.797	309.434	5.916.231
Reserva de lucro	907.750	233.468	1.141.218	907.750	233.468	1.141.218
Demais Contas não impactadas	2.976.180	-	2.976.180	2.976.180	-	2.976.180
DA CONTROLADORA						
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	1.722.867	75.966	1.798.833
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.826.667	233.468	5.060.135	11.463.372	866.027	12.329.399

4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual. As novas regras não impactarão a Companhia e suas controladas.

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB já emitidas e que entrarão em vigor a partir do exercício financeiro de 2019 :

- **IFRS 10 e IAS 28** - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto
- **IFRS 17** – Contratos de Seguros

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	589	1.197
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	94,57%	97,85%	203.351	497.263
Operações compromissadas	95,00%	90,00%	27.934	72.058
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	4	176
Total			231.878	570.694

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	83.385	312.445
Fundos de investimento	94,93%	97,84%	253.836	507.249
Certificados de depósitos bancários	0,00%	93,10%	2.161.923	550.803
Operações compromissadas	95,00%	90,00%	27.934	72.058
Outros fundos de investimento	91,48%	82,13%	406.900	129.390
Aplicações automáticas	20,00%	22,54%	41.445	8.125
Total			2.975.423	1.580.070

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Alupar Investimento S.A.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. Investimentos de curto prazo

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Descrição da carteira		
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	558.613	380.589
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	-	27.450
Valores a pagar/receber	(23)	(21)
Disponibilidades	1	1
Outros cotistas	(44.835)	(42.254)
Total - FI Energia	513.756	365.765

Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Refere-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, é composto substancialmente por títulos do Tesouro Brasileiro e certificados de depósitos bancários, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 90,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos e valores mobiliários é assim como segue:

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários				
Circulante				
Outros fundos de investimento	85,00%	84,58%	95.780	113.985
Operações compromissadas	99,64%	100,80%	10.199	10.017
			105.979	124.002
Não circulante				
Outros fundos de investimento (i)	97,90%	95,68%	4.992	4.703
			4.992	4.703
Total			110.971	128.705

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

- i) Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito à aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8. Contas a receber de clientes

a) As contas a receber de clientes estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado						31/12/2018	31/12/2017
	Saldos vencidos		Saldos vencidos	Saldos vencidos						
	31/12/2018	31/12/2017		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias			
Sistema de transmissão de energia										
Encargos de uso da transmissão faturados	-	-	106.258	5.074	461	1.878	10.407	124.078	126.751	
	-	-	106.258	5.074	461	1.878	10.407	124.078	126.751	
Sistema de geração de energia										
Contrato bilateral - ambiente regulado	7.612	2.515	38.649	-	-	-	-	38.649	31.348	
Contrato bilateral - ambiente livre	4.035	36.079	27.255	-	-	-	-	27.255	27.784	
MRE e Spot (energia de curto prazo)	37.325	24.432	146.495	-	-	-	-	146.495	60.856	
	48.972	63.026	212.399	-	-	-	-	212.399	119.988	
	48.972	63.026	318.657	5.074	461	1.878	10.407	336.477	246.739	
Circulante	48.972	63.026						324.347	234.647	
Não circulante	-	-						12.130	12.092	
Total	48.972	63.026						336.477	246.739	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas nas contas a receber, avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

b) A movimentação das contas a receber de clientes é como segue:

	Consolidado							31/12/2018
	31/12/2017	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Transferência de adiantamento de clientes	Outros	
Sistema de transmissão de energia								
Encargos de uso da transmissão faturados	126.751	-	-	1.160.831	(1.149.652)	(13.790)	(62)	124.078
	126.751	-	-	1.160.831	(1.149.652)	(13.790)	(62)	124.078
Sistema de geração de energia								
Contrato bilateral - ambiente regulado	31.348	48.287	(48.228)	321.550	(316.814)	2.515	(9)	38.649
Contrato bilateral - ambiente livre	27.784	203.807	(237.442)	267.868	(270.841)	36.079	-	27.255
MRE e Spot (energia de curto prazo)	60.856	175.262	(53.195)	65.701	(65.626)	(38.594)	2.091	146.495
	119.988	427.356	(338.865)	655.119	(653.281)	-	2.082	212.399
	246.739	427.356	(338.865)	1.815.950	(1.802.933)	(13.790)	2.020	336.477

9.Outros tributos compensáveis

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas, sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	18.330	25.964
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	33	34	1.739	2.041
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	37.757	30.079	41.701	33.564
	37.790	30.113	61.770	61.569
Não circulante				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	129	154
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	821	1.084
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	1.255	509
Outros *	-	-	14.682	702
	-	-	16.887	2.449
Outros				
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	19.560	20.877
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	6.651	7.123
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	3.187	3.187
	-	-	29.398	31.187
Total				
	37.790	30.113	110.829	97.979

10.Ativo contratual da concessão

a) A composição e a movimentação do ativo contratual da concessão por controlada é como segue:

	Consolidado						
	Ativo financeiro da concessão - 31/12/2017	Ajuste CPC 47	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Ativo de concessão adquirido em transação de capital	Ativo da concessão - 31/12/2018
Controladas diretas							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	719.829	442.105	41.216	277.721	-	(284.946)	1.195.925
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	672.984	8.608	28.390	128.110	-	(200.045)	638.047
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	536.501	157.876	36.596	116.660	-	(229.611)	618.022
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	233.488	(758)	8.459	26.246	-	(48.027)	219.408
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	150.407	97.484	13.011	75.582	-	(77.472)	259.012
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	136.338	102.804	8.891	66.506	-	(51.315)	263.224
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	135.589	56.349	7.315	32.676	-	(54.576)	177.353
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	116.836	35.551	3.031	15.339	-	(13.707)	157.050
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	98.136	7.309	4.345	22.339	-	(27.242)	104.887
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	88.691	52.782	3.060	13.066	-	(15.541)	142.058
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	80.698	39.761	2.271	12.973	-	(6.853)	128.850
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	11.491	(858)	-	-	608	-	11.241
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	12.055	11.354	-	-	206.339	-	229.748
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	5.268	2.511	-	-	54.469	-	62.248
Transmissora Caminho do Café S.A.	6.341	1.426	-	-	23.820	-	31.587
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	11.164	3.238	-	-	44.473	-	58.875
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	1.803	330	-	-	13.242	-	15.375
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	1.951	978	-	-	12.602	-	15.531
	3.019.570	1.018.850	156.585	787.218	355.553	(1.009.335)	4.328.441
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	578.132	(151.395)	8.605	53.283	5.086	(53.109)	440.602
Companhia Transleste de Transmissão	149.928	(12.955)	4.593	30.166	-	(39.783)	131.949
Companhia Transudeste de Transmissão	101.177	(13.952)	2.407	19.003	-	(22.680)	85.955
Companhia Transirapé de Transmissão	153.223	31.975	3.498	34.142	-	(40.599)	182.239
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	106.282	13.018	1.436	13.068	-	(12.244)	121.560
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	215.198	(21.211)	-	(2.942)	-	12.152	203.197
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	-	1.696	-	-	26.482	9.336	37.514
	1.303.940	(152.823)	20.539	146.720	31.568	(156.263)	1.203.017
	4.323.510	866.027	177.124	933.938	387.121	(1.165.598)	5.531.458
Circulante	1.105.358						906.633
Não circulante	3.218.152						4.624.825
	4.323.510						5.531.458

*Os ajustes do CPC 47 contemplam os efeitos registrados no lucro de exercícios anteriores, e do resultado do exercício de 2018.

Alupar Investimento S.A.

Consolidado					
31/12/2016	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Recebimento	31/12/2017

Controladas diretas

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	820.123	26.200	246.512	-	(373.006)	719.829
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	687.357	21.415	134.179	781	(170.748)	672.984
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	567.762	8.816	171.599	-	(211.676)	536.501
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	234.258	4.969	37.226	4.483	(47.448)	233.488
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	157.295	7.296	46.385	-	(60.569)	150.407
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	153.548	9.345	46.816	-	(73.371)	136.338
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	140.633	4.133	39.459	-	(48.636)	135.589
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	114.710	3.125	12.625	(673)	(12.951)	116.836
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	100.740	2.437	20.594	-	(25.635)	98.136
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	88.877	2.718	12.420	81	(15.405)	88.691
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	83.156	1.056	12.371	135	(16.020)	80.698
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	9.741	-	1.305	445	-	11.491
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	2.334	-	840	8.881	-	12.055
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	1.201	-	560	3.507	-	5.268
Transmissora Caminho do Café S.A.	-	-	506	5.835	-	6.341
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	-	-	775	10.389	-	11.164
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	-	-	30	1.773	-	1.803
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	-	-	215	1.736	-	1.951
	3.161.735	91.510	784.417	37.373	(1.055.465)	3.019.570

Controladas indiretas

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	565.436	7.515	51.402	2.769	(48.990)	578.132
Companhia Transleste de Transmissão	153.093	4.346	32.140	-	(39.651)	149.928
Companhia Transudeste de Transmissão	102.042	2.408	21.232	-	(24.505)	101.177
Companhia Transirapé de Transmissão	155.372	3.377	27.179	-	(32.705)	153.223
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	103.184	2.281	13.957	-	(13.140)	106.282
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	210.757	2.123	23.911	-	(21.593)	215.198
	1.289.884	22.050	169.821	2.769	(180.584)	1.303.940
	4.451.619	113.560	954.238	40.142	(1.236.049)	4.323.510
Circulante	1.237.557					1.105.358
Não circulante	3.214.062					3.218.152
	4.451.619					4.323.510

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408 de 26 de junho de 2018 é como segue:

Ciclo 2018-2019	Rede Básica			Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	RBL ^(a)	RBNl ^(b)	RMEL	RBL ^(a)	RBNl ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)			
Concessão										
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	220.060	7.127	20	-	-	-	-	227.207	(13.837)	213.370
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	234.714	16	10	-	-	-	-	234.740	(8.555)	226.185
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	187.799	1.396	-	-	-	-	-	189.195	(3.688)	185.507
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	51.096	14	118	-	-	-	-	51.228	(2.159)	49.069
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49.528	9	27	-	-	-	-	49.564	(1.659)	47.905
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	41.479	11.208	-	-	-	-	-	52.687	(1.851)	50.836
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	41.525	3.618	7	2.729	-	434	-	48.313	(1.577)	46.736
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	28.552	2.124	-	7.765	2.325	349	4.123	45.238	(3.522)	41.716
Companhia Transleste de Transmissão	42.543	-	-	-	-	-	-	42.543	(1.652)	40.891
Companhia Transirapé de Transmissão	18.155	8.085	-	4.136	2.928	337	894	34.535	(1.173)	33.362
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	27.752	34	-	-	-	-	-	27.786	(917)	26.869
Companhia Transudeste de Transmissão	26.369	-	-	-	-	-	-	26.369	(1.024)	25.345
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	15.038	74	-	2.305	1.776	958	-	20.151	(2.292)	17.859
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	8.287	93	-	-	4.192	-	1.929	14.501	(304)	14.197
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	8.668	-	2	3.858	-	943	-	13.471	(307)	13.164
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. *	12.849	51	-	-	-	-	-	12.900	(463)	12.437
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.273	195	-	2.667	5.640	466	795	11.036	(763)	10.273
Total	1.015.687	34.044	184	23.460	16.861	3.487	7.741	1.101.464	(45.743)	1.055.721

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.255 de 23 de junho de 2017 é como segue:

Alupar Investimento S.A.

Ciclo 2017-2018	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	(a) RBL	(b) RBNI	(a) RBL	(b) RBNI	(c) RPEC	(d) RCDM			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	347.481	6.799	-	-	-	-	354.280	(26.483)	327.797
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	225.130	-	-	-	-	-	225.130	(13.240)	211.890
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	180.122	-	-	-	-	-	180.122	(10.593)	169.529
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	56.367	-	-	-	-	-	56.367	(5.645)	50.722
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	47.529	-	-	-	-	-	47.529	(4.954)	42.575
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	39.783	10.750	-	-	-	-	50.533	(2.972)	47.561
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	40.372	2.558	2.653	967	421	-	46.971	(2.480)	44.491
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	27.759	2.066	7.550	2.260	339	4.009	43.982	(1.574)	42.408
Companhia Transleste de Transmissão	40.804	-	-	-	-	-	40.804	(2.400)	38.404
Companhia Transirapé de Transmissão	17.413	7.754	3.967	2.809	323	857	33.123	(1.585)	31.538
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	26.618	11	-	-	-	-	26.629	(1.553)	25.076
Companhia Transudeste de Transmissão	25.291	-	-	-	-	-	25.291	(1.487)	23.804
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	14.621	72	2.241	1.727	931	-	19.591	(1.229)	18.362
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	8.057	90	-	4.076	-	1.875	14.099	(487)	13.611
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	8.429	-	3.751	-	917	-	13.097	(1.002)	12.095
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. *	12.492	38	-	-	-	-	12.530	(690)	11.840
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.238	190	2.593	5.483	453	773	10.730	(7.294)	3.436
Total	1.119.506	30.328	22.755	17.322	3.384	7.514	1.200.809	(85.667)	1.115.141

- (a) Rede Básica Licitada
- (b) Rede Básica Novas Instalações
- (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas
- (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão
- (e) Demais Instalações de Transmissão

Alupar Investimento S.A.

11. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

As movimentações dos investimentos é como segue:

Consolidado						
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2017	Ajuste de exercícios anteriores - CPC 47	Adições/Baixas	Dividendos / JSCP	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Controladas em conjunto						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	98.560	30.238	-	(3.269)	16.749	142.278
Transnorte Energia S.A.	154.439	(11.007)	-	-	1.241	144.673
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	-	-	53.797	-	2.480	56.277
Total - Participação em controladas em conjunto	252.999	19.231	53.797	(3.269)	20.470	343.228
Investimentos indiretos						
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.656	(1.016)	-	(688)	1.045	2.997
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.433	(840)	-	(403)	668	1.858
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4.480	(478)	-	(329)	1.317	4.990
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	14.597	3.772	(2.712)	(2.956)	2.678	15.379
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	22.817	(1.508)	(1.845)	(2.730)	2.470	19.204
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	30.692	7.932	(6.034)	(6.218)	5.961	32.333
Total - Investimentos indiretos	78.675	7.862	(10.591)	(13.324)	14.139	76.761
Total	331.674	27.093	43.206	(16.593)	34.609	419.989

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das investidas e dos investimentos indiretos estão demonstradas a seguir:

Consolidado								
Empresa	31/12/2018				31/12/2017			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia, pela EATE e pela ENTE			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia, pela EATE e pela ENTE		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
<u>Controladas em conjunto</u>								
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	109.793.590	50.505.051	-	50.505.051	109.793.590	50.505.051	-	50.505.051
Transnorte Energia S.A.	298.705.100	152.339.601	-	152.339.601	298.705.100	152.339.601	-	152.339.601
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	222.958	111.459	-	111.459	-	-	-	-
<u>Investimentos indiretos</u>								
Companhia Transleste de Transmissão (*)	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573
(*) Participação EATE								
(**) Participação ENTE								

(*) Participação EATE

(**) Participação ENTE

Consolidado						
Empresa	31/12/2018			31/12/2017		
	Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE		Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE	
		no capital social	no patrimônio líquido		no capital social	no patrimônio líquido
<u>Controladas em conjunto</u>						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	309.302	46,00%	142.278	214.264	46,00%	98.560
Transnorte Energia S.A.	283.671	51,00%	144.673	302.818	51,00%	154.439
Empresa de Transmissão Baiana S.A. (***)	70.124	50,00%	56.277	-	0,00%	-
<u>Investimentos indiretos</u>						
Companhia Transleste de Transmissão (*)	59.915	10,00%	2.997	73.104	10,00%	3.656
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	37.149	10,00%	1.858	48.641	10,00%	2.433
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	121.612	10,00%	4.990	89.565	10,00%	4.480
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	170.075	18,08%	15.379	161.439	18,08%	14.597
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	208.120	18,45%	19.204	247.272	18,45%	22.817
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	170.075	38,02%	32.333	161.439	38,02%	30.692
			419.989			331.674

Alupar Investimento S.A.

Empresa	Consolidado								
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2018								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	88.776	603.873	63.353	603.873	62.237	(6.949)	(9.856)	(9.021)	36.411
Transnorte Energia S.A.	15.679	294.859	1.537	294.859	7.148	(3.641)	388	(1.462)	2.433
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	707.561	771.752	2.267	771.752	42.430	(43.109)	-	(389)	(1.068)
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	53.594	150.242	22.414	150.242	32.059	(4.644)	(5.199)	(1.322)	20.894
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	29.892	93.516	15.548	93.516	19.746	(2.432)	(3.214)	(749)	13.351
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	49.472	203.746	24.096	203.746	34.822	(3.371)	(3.809)	(1.308)	26.334
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*) (**)	49.357	193.347	8.113	15.159	34.116	(4.198)	1.332	(1.635)	29.615
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	50.196	234.989	7.346	234.989	31.940	(5.027)	875	(1.016)	26.772
Empresa	Consolidado								
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2017								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	78.941	336.922	54.512	147.087	70.564	(19.734)	(10.805)	(7.993)	32.032
Transnorte Energia S.A.	15.670	291.903	1.388	3.367	2.992	(4.355)	699	209	(455)
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	66.133	110.956	26.930	77.055	33.455	(4.413)	(5.484)	(1.777)	21.781
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	29.446	78.008	10.018	48.795	21.761	(2.332)	(1.998)	(938)	16.493
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	40.277	121.689	13.889	58.512	28.091	(3.348)	(4.441)	(1.205)	19.097
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*) (**)	82.742	88.237	5.306	4.234	39.794	(3.999)	2.553	(2.237)	36.111
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	69.704	190.828	5.408	7.852	43.105	(9.338)	1.091	(1.852)	33.006

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

(**) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

TNE

A Transnorte Energia é uma empresa formada pela parceria entre Alupar (51%)/Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715,0 km de linha de 500 kV, em circuito duplo, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

A Companhia por deter 51% das ações da TNE e controlar em conjunto as operações e decisões da investida, registra as operações da TNE no consolidado pelo método de equivalência patrimonial.

Este empreendimento possui um deslocamento documentado e justificável do seu cronograma de implantação, em função do processo de seu licenciamento ambiental, especialmente no que tange ao estudo do componente indígena.

Após inúmeras tratativas, inclusive com órgãos públicos, não foi possível obter, até o momento, o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão, tendo em vista que a FUNAI não apresentou manifestação conclusiva quanto à viabilidade ambiental do projeto. Tal ausência, impossibilita o IBAMA de expedir as respectivas licenças ambientais, embora a análise de tal órgão aponte no sentido de viabilidade ambiental do projeto.

Decorridos três anos, sem que fosse apresentada uma solução à TNE, o consórcio protocolou no dia 02 de setembro de 2015, na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL. Caso não houvesse este impasse, a linha que foi leiloada em setembro de 2011 deveria estar em operação desde janeiro de 2015, tendo como principal objetivo a redução da geração térmica no Estado de Roraima, visto que este Estado é o único que se encontra fora do SIN.

Alupar Investimento S.A.

Os motivos que pautaram o referido pleito foram: a) inviabilidade legal da continuidade do empreendimento sem a emissão da Licença prévia; b) insegurança jurídica causada pelo reconhecimento judicial da nulidade do leilão ANEEL nº 004/2011, do processo de licenciamento ambiental do empreendimento e do contrato de concessão nº003/2012, por sentença de mérito proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 18408-23.2013.4.01.3200; c) desequilíbrio econômico-financeiro devido a onerosidade causada pelo atraso no licenciamento ambiental por força de fatos inevitáveis e alheios à vontade do empreendedor.

Atualmente, existe uma decisão proferida em uma ação de suspensão de liminar (Processo nº 0076128-42.2013.4.01.0000), a qual tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a suspensão da execução do comando expresso na sentença prolatada nos autos da ação civil pública citada. Essa decisão vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal.

Não obstante, em 09 de dezembro de 2015, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA ter expedido a Licença Prévia à Transnorte Energia relativa à linha de Transmissão 500 kV Lechuga - Equador - Boa Vista e Subestações associadas, as demais razões motivadoras do pedido de rescisão amigável permanecem sem solução.

Em 15 de setembro de 2017, a ANEEL, através da Nota Técnica 0348/2017 SCT ANEEL – Processo 4850000484212/2015.11 Contrato de Concessão 003/2012 ANEEL, orientou em acolher o pedido da Transnorte Energia S.A. e no mérito dar-lhe provimento, reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº003/2012 e encaminhar os autos do processo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para:

- a) Extinção do contrato de Concessão nº003/2012- ANEEL, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que atender adequada;
- b) Decisão quanto ao valor e forma de pagamento de indenização devida a Transnorte Energia S.A,
- c) Reversão para União dos ativos em serviço referentes ao Compensador Estático de Reativos da SE Boa Vista, deixando a Companhia, como fiel depositaria e responsável pela operação e manutenção do CER, sob as regras do sistema isolado de Boa Vista, até ulterior decisão.

Em 31 de dezembro de 2015, a TNE revisou os valores mínimos de realização dos valores realmente gastos no projeto de desenvolvimento e efetuou o registro de provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros no montante de R\$ 44.020 (efeito de equivalência apenas de 51% deste valor na controlada) de forma a refletir os valores dos itens que são objeto do pleito de devolução da concessão.

Mantida a solicitação de rescisão amigável por parte do consórcio, em 13 de dezembro de 2017, a diretoria a ANEEL votou e aprovou, por unanimidade, publicando o Despacho nº 3.265, em 19 de dezembro de 2017, com recomendações para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do presente Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para:

(a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada;

(b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e

Alupar Investimento S.A.

(c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço.

Atualmente, o consórcio está aguardando a definição do Ministério de Minas e Energia (MME) quanto a extinção da concessão e do valor da indenização.

A TNE mantém ativos imobilizado em curso referente a estudos e projetos de meio ambiente e licenciamento já incorridos ao longo do projeto, para os quais já fazem parte do nosso pedido de rescisão amigável a restituição através de indenização desses valores.

Enquanto estas questões não forem satisfatoriamente solucionadas, a TNE declara que a execução do empreendimento se encontra inviabilizada permanecendo o pleito à ANEEL de rescisão amigável do contrato de concessão com o pagamento de indenização pelas perdas e danos sofridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possui custos ou despesas decorrentes desta situação que não tenham sido registrados.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra – se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida - RAP total do Empreendimento.

12. Investimentos em controladas

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2017	Ajuste de exercícios anteriores - CPC 47	Controladora					Transferência do passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2018
			Adições / Baixas	Compra de participação de não controladores -	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência patrimonial		
Controladas									
Transminas	78.227	(7.122)	-	-	-	(8.928)	18.217	-	80.394
Foz	135.491	-	-	377	-	(3.328)	13.633	-	146.173
Ijuí	265.319	-	-	-	-	(9.257)	14.323	-	270.385
Lavrinhas	104.857	-	-	-	-	(11.120)	4.932	-	98.669
Queluz	134.012	-	-	-	-	(11.638)	5.610	-	127.984
Ferreira Gomes	842.277	-	16.000	-	-	(5.175)	27.527	-	880.629
Alupar Peru	70.326	-	15.745	-	8.433	-	(25.499)	-	69.005
EATE	368.926	83.426	-	-	-	(85.951)	118.261	-	484.662
STN	217.958	(22.877)	-	-	-	(35.309)	47.411	-	207.183
ETES	64.470	26.141	-	-	-	(11.723)	8.653	-	87.541
ETEP	84.283	36.560	-	-	-	(18.544)	28.789	-	131.088
ENTE	208.097	48.424	-	-	-	(69.817)	58.415	-	245.119
ERTE	35.451	9.162	(6.588)	-	-	(7.182)	6.504	-	37.347
ECTE	77.391	10.136	-	-	-	(5.509)	22.038	-	104.056
ETEM	48.802	7.595	-	-	-	(1.109)	5.512	-	60.800
ETVG	51.238	17.590	-	-	-	(3.040)	7.501	-	73.289
ELTE	2.522	(1.243)	-	-	-	-	(822)	-	457
Lumitrans	16.870	-	(1.500)	-	-	(2.438)	3.239	-	16.171
STC	49.454	(3.269)	(4.000)	-	-	(5.915)	5.354	-	41.624
Risaralda	61	-	-	-	5	-	(15)	-	51
Verde 8	77.612	-	13.872	-	-	(998)	4.222	-	94.708
Agua Limpa	-	-	7.507	-	-	-	(14)	(26)	7.467
La Virgen	20.818	-	-	-	1.777	-	(1.079)	-	21.516
ETAP	839	6.618	10.476	-	-	-	62.605	-	80.538
ETC	546	2.127	6.146	-	-	-	16.921	-	25.740
TPE	8.837	692	7.650	-	-	-	2.671	-	19.850
TCC	6.112	228	5.737	-	-	-	1.725	-	13.802
Windepar	150.761	-	-	-	-	-	(7.154)	-	143.607
Alupar Colômbia	20.354	-	22.875	-	3.557	-	(6.752)	-	40.034
TSM	16	42	12.052	-	-	-	295	-	12.405
Total	3.141.927	214.230	105.972	377	13.772	(296.981)	443.023	(26)	3.622.294

Movimentação da provisão para passivo a descoberto

Controladora									
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2017	Ajuste de exercícios anteriores - CPC 47	Adições	Compra de participação de não controladores -	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência patrimonial	Transferência para investimentos cobertos	Saldo em 31/12/2018
Controladas									
Alupar Chile	(1.523)	-	-	-	-	-	2	-	(1.521)
GET	(393)	-	-	-	-	-	(155)	-	(548)
ACE	(1.056)	-	-	-	-	-	(9)	-	(1.065)
AF	(6.311)	-	6.796	-	-	-	(1.962)	-	(1.477)
Total	(9.309)	-	6.796	-	-	-	(2.098)	-	(4.611)
Controladora									
Empresa	31/12/2018					31/12/2017			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia			
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total	
Controladas									
Alupar Inversiones Peru S.A.C.		118.741.612	118.741.611	-	118.741.611	102.321.612	102.321.611	-	102.321.611
Alupar Chile Inversiones SpA		5.000.000	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000
Transminas Holding S.A.		44.860.000	31.409.500	500	31.410.000	44.860.000	31.409.500	500	31.410.000
Foz do Rio Claro Energia S.A.		108.708.978	67.717.178	8.198.360	75.915.538	108.708.978	67.717.178	8.198.360	75.915.538
Ijuí Energia S.A.		315.106.452	273.064.862	-	273.064.862	315.106.452	273.064.862	-	273.064.862
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.		70.910.870	43.252.860	-	43.252.860	67.383.430	43.252.860	-	43.252.860
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.		96.782.146	66.615.409	-	66.615.409	96.782.146	66.615.409	-	66.615.409
Ferreira Gomes Energia S.A		807.080.529	807.080.528	-	807.080.528	791.080.528	791.080.528	-	791.080.528
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.		1.200	612	-	612	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.		180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.		198.000.000	100.980.000	-	100.980.000	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.		29.064.000	29.063.999	-	29.063.999	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.		45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.		100.840.000	50.431.150	-	50.431.150	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.		84.133.970	18.475.373	-	18.475.373	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.		42.095.000	21.056.862	-	21.056.862	42.095.000	21.056.862	-	21.056.862
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.		43.000.000	27.000.000	-	27.000.000	43.000.000	27.000.000	-	27.000.000
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.		34.847.722	34.847.721	-	34.847.721	34.847.722	34.847.721	-	34.847.721
Empresa Utorânea de Transmissão de Energia S.A.		10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica		72.012.095	10.801.280	-	10.801.280	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.		211.003.246	42.200.649	-	42.200.649	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649
ACE Comercializadora Ltda.		2.320.644	2.320.643	-	2.320.643	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643
AF Energia S.A.		6.840.000	6.839.997	-	6.839.997	40.000	39.997	-	39.997
Boa Vista Participações S.A.		-	-	-	-	1.000	800	-	800
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.		29.093	100	-	100	29.093	100	-	100
Transmissoras Reunidas S.A.		10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Verde 8 Energia S.A.		107.660.380	91.511.322	-	91.511.322	77.660.380	77.660.380	-	77.660.380
Agua Limpa S.A.		7.517.090	7.516.090	-	7.516.090	10.000	9.000	-	9.000
La Virgen S.A.C.		255.585.903	14.106.986	-	14.106.986	210.348.003	14.106.986	-	14.106.986
Energia dos Ventos I S.A.		47.830.836	-	-	-	47.830.836	-	-	-
Energia dos Ventos II S.A.		24.926.816	-	-	-	24.926.816	-	-	-
Energia dos Ventos III S.A.		33.934.534	-	-	-	33.934.534	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.		92.444.013	-	-	-	81.644.013	-	-	-
Energia dos Ventos X S.A.		33.906.759	-	-	-	33.906.759	-	-	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.		10.481.000	10.480.999	-	10.480.999	5.000	4.999	-	4.999
Empresa Transmissora Capixaba S.A.		6.151.000	6.150.999	-	6.150.999	5.000	4.999	-	4.999
Transmissora Paraíso Energia S.A.		31.553.107	16.092.085	-	16.092.085	5.000	2.550	-	2.550
Transmissora Caminho do Café S.A.		22.728.926	11.591.752	-	11.591.752	5.000	2.550	-	2.550
Windepar Holding S.A.		164.832.956	164.832.956	-	164.832.956	164.832.956	164.832.956	-	164.832.956
Alupar Colômbia S.A.S.		53.252.760.000	53.252.760.000	-	53.252.760.000	29.399.477.030	29.399.477.030	-	29.399.477.030
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.		23.631.994	12.052.317	-	12.052.317	1.000	510	-	510

Alupar Investimento S.A.

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas estão demonstradas a seguir:

Controladora								
Empresa	31/12/2018				31/12/2017			
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	Participação da Alupar		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	Participação da Alupar	
			no capital social	no patrimônio líquido			no capital social	no patrimônio líquido
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	69.006	-	100,00%	69.005	70.331	-	100,00%	70.326
Alupar Chile Inversiones SpA	(1.521)	-	100,00%	(1.521)	(1.521)	-	100,00%	(1.523)
Transminas Holding S.A.	114.821	-	70,02%	80.394	111.727	-	70,02%	78.227
Foz do Rio Claro Energia S.A.	209.316	-	69,83%	146.173	194.018	-	69,83%	135.491
Ijuí Energia S.A.	312.014	-	86,66%	270.385	306.167	-	86,66%	265.319
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	161.764	-	61,00%	98.669	163.356	-	64,19%	104.857
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	185.942	-	68,83%	127.984	194.699	-	68,83%	134.012
Ferreira Gomes Energia S.A	880.629	-	100,00%	880.629	842.275	-	100,00%	842.277
Geração de Energia Termoeétrica e Participações S.A.	(1.074)	-	51,00%	(548)	(773)	-	51,00%	(393)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	968.981	-	50,02%	484.662	737.591	-	50,02%	368.926
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	406.240	-	51,00%	207.183	427.368	-	51,00%	217.958
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	87.542	-	100,00%	87.541	64.469	-	100,00%	64.470
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	262.095	-	50,02%	131.088	168.515	-	50,02%	84.283
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	490.131	-	50,01%	245.119	416.102	-	50,01%	208.097
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	170.075	-	21,96%	37.347	161.439	-	21,96%	35.451
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	208.017	-	50,02%	104.056	154.712	-	50,02%	77.391
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	96.828	-	62,79%	60.800	77.722	-	62,79%	48.802
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	73.290	-	100,00%	73.289	51.238	-	100,00%	51.238
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	457	-	99,99%	457	2.522	-	99,99%	2.522
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	107.812	-	15,00%	16.171	112.468	-	15,00%	16.870
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	208.120	-	20,00%	41.624	247.272	-	20,00%	49.454
ACE Comercializadora Ltda.	(1.066)	-	100,00%	(1.065)	(1.057)	-	100,00%	(1.056)
AF Energia S.A.	(1.476)	-	100,00%	(1.477)	(6.308)	-	99,99%	(6.311)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	14.792	-	0,34%	51	17.805	-	0,34%	61
Forquilha IV Energia S.A.	-	-	0,00%	-	1	-	99,99%	-
Verde 8 Energia S.A.	111.429	-	85,00%	94.708	77.612	-	100,00%	77.612
Água Limpa S.A.	7.464	-	99,99%	7.467	(29)	-	90,00%	(26)
La Virgen S.A.C.	278.134	6.165	5,52%	21.516	238.761	6.165	6,14%	20.818
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	80.540	-	100,00%	80.538	838	-	99,98%	839
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	25.741	-	100,00%	25.740	546	-	99,98%	546
Transmissora Paraíso Energia S.A.	38.921	-	51,00%	19.850	17.328	-	51,00%	8.837
Transmissora Caminho do Café S.A.	27.064	-	51,00%	13.802	11.985	-	51,00%	6.112
Windepar Holding S.A.	143.597	-	100,00%	143.607	150.760	-	100,00%	150.761
Alupar Colômbia S.A.S.	40.034	-	100,00%	40.034	20.347	-	100,00%	20.354
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	24.323	-	51,00%	12.405	31	-	51,00%	16
Transmissoras Reunidas S.A.	-	-	99,99%	-	31	-	0,00%	-
Total	5.799.982			3.617.683				3.132.618

Alupar Investimento S.A.

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2018							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	306.542	207.054	-	(110)	(15.456)	(9.938)	-	(25.504)
Alupar Chile Inversiones SpA	1.330	2.850	-	-	-	-	-	-
Transminas Holding S.A.	121.476	-	-	(64)	24.837	1.815	(572)	26.016
Foz do Rio Claro Energia S.A.	366.765	121.376	73.667	(38.024)	-	(12.700)	(2.881)	20.062
Ijuí Energia S.A.	448.053	105.141	59.049	(29.138)	-	(10.868)	(2.514)	16.529
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	282.538	60.259	54.685	(41.968)	-	(3.640)	(2.620)	6.457
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	326.269	63.914	52.258	(37.399)	-	(4.264)	(2.443)	8.152
Ferreira Gomes Energia S.A	1.626.077	608.752	205.790	(112.782)	-	(59.870)	(5.610)	27.528
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	30	989	-	(184)	-	(117)	-	(301)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.745.624	487.341	271.931	(31.737)	60.149	(28.605)	(35.299)	236.439
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	717.008	234.215	145.600	(21.049)	-	(10.648)	(20.942)	92.961
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	170.921	64.552	14.188	(3.136)	-	(425)	(1.974)	8.653
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	401.216	105.958	69.884	(10.142)	10.232	(3.842)	(8.572)	57.560
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	811.618	182.619	140.967	(16.096)	16.858	(10.765)	(14.159)	116.805
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	193.347	15.159	34.116	(4.198)	-	1.332	(1.635)	29.615
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	424.975	155.368	54.017	(6.835)	21.501	(8.324)	(16.304)	44.055
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	166.586	56.866	16.027	(2.895)	-	(2.247)	(2.106)	8.779
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	141.577	55.481	13.514	(781)	-	(2.715)	(2.517)	7.501
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	11.337	10.832	549	(561)	-	-	(810)	(822)
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	120.512	9.480	24.656	(2.600)	-	547	(1.012)	21.591
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	234.989	19.523	31.940	(5.027)	-	875	(1.016)	26.772
ACE Comercializadora Ltda.	34	1.100	-	(11)	-	2	-	(9)
AF Energia S.A.	2.290	1.889	9.627	(11.623)	-	28	-	(1.968)
Risaraílda Energia S.A.S.E.S.P.	179.678	158.019	24.393	(11.879)	-	(14.088)	(3.004)	(4.578)
Verde 08 Energia S.A.	306.573	139.395	25.104	(13.902)	-	(5.139)	(1.072)	4.991
Água Limpa S.A.	7.842	360	-	(13)	-	-	-	(13)
La Virgen S.A.C.	661.646	321.523	-	(8.287)	-	(11.263)	-	(19.550)
Energia dos Ventos I S.A.	130.236	70.197	11.578	(6.163)	-	(4.825)	(470)	120
Energia dos Ventos II S.A.	77.916	43.524	6.738	(3.005)	-	(2.719)	(268)	746
Energia dos Ventos III S.A.	105.868	60.791	9.970	(3.911)	-	(4.072)	(401)	1.586
Energia dos Ventos IV S.A.	183.871	72.607	16.252	(7.295)	-	(6.132)	(672)	2.153
Energia dos Ventos X S.A.	101.733	55.570	8.498	(5.180)	-	(3.573)	(334)	(589)
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	303.436	201.936	186.427	(98.817)	-	-	(25.003)	62.607
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	146.704	117.626	52.263	(32.945)	-	-	(2.397)	16.921
Transmissora Paraíso Energia S.A.	1.100.493	1.052.464	40.181	(32.119)	-	-	(2.827)	5.235
Transmissora Caminho do Café S.A.	700.702	668.391	21.522	(16.116)	-	-	(2.024)	3.382
Windepar Holding S.A.	337.782	145.239	-	(1.847)	4.016	(9.323)	-	(7.154)
Alupar Colômbia S.A.S.	41.168	704	-	(2.342)	(4.251)	(133)	(26)	(6.752)
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	26.741	1.862	11.965	(11.050)	-	-	(335)	580
Transmissoras Reunidas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-

Alupar Investimento S.A.

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2017							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	193.279	122.948	-	(670)	8.764	(16.128)	-	(8.034)
Alupar Chile Inversiones SpA	384	1.905	-	-	-	-	-	-
Transminas Holding S.A.	130.405	18.678	-	(128)	23.522	515	(101)	23.808
Foz do Rio Claro Energia S.A.	376.164	182.146	76.509	(50.465)	-	(13.228)	(3.215)	9.601
Ijuí Energia S.A.	447.461	141.294	57.075	(27.446)	-	(11.311)	(2.724)	15.594
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	267.741	104.385	68.471	(26.530)	-	(4.941)	(2.977)	34.023
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	307.507	112.808	67.438	(26.240)	-	(5.950)	(2.767)	32.481
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.628.226	785.951	192.982	(117.998)	-	(57.691)	(3.278)	14.015
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	872	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.362.210	624.619	242.991	(29.422)	62.735	(52.300)	(21.528)	202.476
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	755.526	328.158	143.924	(20.320)	-	(16.857)	(15.489)	91.258
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	96.308	31.839	13.530	(2.715)	-	(1.017)	(1.898)	7.900
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	242.331	73.816	50.366	(9.593)	10.867	(4.851)	(5.184)	41.605
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	729.202	313.100	163.867	(14.356)	19.817	(21.480)	16.111	163.959
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	170.979	9.540	39.794	(3.999)	-	2.553	(2.237)	36.111
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	363.212	208.500	48.863	(7.428)	17.558	(10.408)	(10.616)	37.969
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	125.602	47.880	13.493	(2.382)	-	(2.485)	(1.860)	6.766
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	93.536	42.298	11.657	(702)	-	(2.826)	(1.293)	6.836
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	11.587	9.065	1.750	(458)	-	-	-	1.292
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	117.907	5.439	21.028	(2.357)	-	697	(948)	18.420
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	260.532	13.260	43.105	(9.338)	-	1.091	(1.852)	33.006
ACE Comercializadora Ltda.	43	1.100	-	(30)	-	4	-	(26)
AF Energia S.A.	1.637	7.945	7.906	(12.938)	-	44	-	(4.988)
Risarda Energia S.A.S.E.S.P.	175.438	157.633	21.036	790	-	(13.474)	(6.860)	1.492
Forquilha IV Energia S.A.	1	-	-	1	-	1	-	2
Verde 8 Energia S.A.	190.377	112.765	-	(36)	-	-	-	(36)
Agua Limpa S.A.	7.444	7.473	-	(13)	-	-	-	(13)
La Virgen S.A.C.	829.167	590.406	1.422	(1.461)	-	11.464	-	11.425
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	162.801	161.963	9.721	(8.896)	-	-	-	825
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	106.989	106.443	4.067	(3.522)	-	-	(11)	534
Transmissora Paraíso Energia S.A.	18.567	1.239	11.164	(10.389)	-	-	-	775
Transmissora Caminho do Café S.A.	12.304	319	6.341	(5.835)	-	-	-	506
Windepar Holding S.A.	297.147	146.387	-	(1.426)	(481)	(7.905)	-	(9.812)
Alupar Colômbia S.A.S.	43.410	23.047	-	(427)	1.044	(95)	-	522
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	1.991	1.960	1.803	(1.773)	-	-	-	30

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE

A ELTE é uma SPE composta pela concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica através das subestações Domênico Rangoni 345/138 kV e Manoel da Nóbrega 230/88kV, contemplando ainda 40 km de linha de transmissão. O empreendimento será conectado ao Sistema Interligado Nacional e irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente).

Tendo um contrato de concessão número 016/2014 pelo prazo de 30 anos com vigência até 2044. A coligada encontra-se em fase pré-operacional. Este projeto possui um deslocamento justificável no cronograma, no que tange o licenciamento ambiental. A Licença Prévia da subestação Manoel da Nóbrega 230/88 kV e sua respectiva linha de transmissão prevista para outubro de 2015, foi emitida em março de 2017. A emissão da Licença Prévia ("LP") da subestação Domênico Rangoni 345/138 kV e suas respectivas linhas de transmissão estava prevista para outubro de 2015, porém, devido a manifestação desfavorável do Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo (SRPV-SP), responsável pelo Plano de Zoneamento Aeroportuário da Base Aérea de Santos, a emissão da Licença Prévia permanece pendente.

13.Participação dos acionistas não controladores

As tabelas a seguir resumem as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

a) A movimentação do saldo da participação de acionistas não controladores é conforme segue:

Empresa	Saldo da participação de acionistas não controladores								
	No patrimônio líquido das controladas em	Ajuste de exercícios anteriores - CPC	No aumento de capital / adições	Compra de participação de não controladores	No ajuste de conversão cumulativa	Nos dividendos e juros sobre capital próprio declarados	No resultado do exercício	Varição na participação	No patrimônio líquido das controladas em
	31/12/2017	47							31/12/2018
Controladas diretas									
Transminas	33.498	(3.049)	-	-	-	(3.823)	7.800	-	34.426
Lumitrans	5.624	-	(500)	-	-	(813)	1.080	-	5.391
STC	45.622	(3.005)	(3.677)	-	-	(5.436)	4.895	-	38.399
EATE	368.666	83.367	-	-	-	(85.891)	118.179	-	484.321
ETEP	84.231	36.538	-	-	-	(18.534)	28.772	-	131.007
ECTE	77.322	10.127	-	-	-	(5.505)	22.018	-	103.962
ENTE	208.005	48.404	-	-	-	(69.787)	58.389	-	245.011
ERTE	125.988	32.563	(23.414)	-	-	(25.522)	23.112	-	132.727
ETEM	28.920	4.501	-	-	-	(658)	3.266	-	36.029
STN	209.410	(21.979)	-	-	-	(33.924)	45.552	-	199.059
Foz	58.528	-	-	-	-	(1.437)	6.052	-	63.143
Ijuí	40.849	-	-	-	-	(1.425)	2.205	-	41.629
Lavrinhas	58.499	-	9.489	-	-	(6.840)	2.518	(572)	63.094
Queluz	60.687	-	-	-	-	(5.270)	2.541	-	57.958
GET	(380)	-	-	-	-	-	(147)	-	(527)
Risaralda	5	-	-	-	1	-	(2)	-	4
La Virgen	40.953	-	-	-	5.112	-	(3.020)	(148)	42.897
TPE	8.491	665	7.350	-	-	-	2.565	-	19.071
TCC	5.872	219	5.512	-	-	-	1.657	-	13.260
TSM	15	40	11.579	-	-	-	284	-	11.918
Verde 08	-	-	-	16.128	-	(176)	749	14	16.715
	1.460.805	188.391	6.339	16.128	5.113	(265.041)	328.465	(706)	1.739.494
Controladas indiretas									
EBTE	215.950	(90.218)	-	-	-	(17.151)	13.154	-	121.735
Transleste	43.130	(11.988)	-	-	-	(8.120)	12.327	-	35.349
Transudeste	28.697	(9.906)	-	-	-	(4.750)	7.876	-	21.917
Transirapé	52.843	8.446	-	-	-	(3.882)	15.536	-	72.943
EDTE	-	304	10.938	8.201	-	-	696	-	20.139
	340.620	(103.362)	10.938	8.201	-	(33.903)	49.589	-	272.083
Investimentos indiretos (*)									
ERTE	(14.587)	(3.770)	2.710	-	-	2.955	(2.676)	-	(15.368)
Transleste	(3.655)	1.016	-	-	-	688	(1.045)	-	(2.996)
Transudeste	(2.431)	839	-	-	-	402	(667)	-	(1.857)
Transirapé	(4.477)	(716)	-	-	-	329	(1.316)	-	(6.180)
	(25.150)	(2.631)	2.710	-	-	4.374	(5.704)	-	(26.401)
Investimentos indiretos (**)									
ERTE	(30.680)	(7.929)	5.702	-	-	6.215	(5.628)	-	(32.320)
STC	(22.728)	1.497	2.009	-	-	2.708	(2.681)	-	(19.195)
	(53.408)	(6.432)	7.711	-	-	8.923	(8.309)	-	(51.515)
	1.722.867	75.966	27.698	24.329	5.113	(285.647)	364.041	(706)	1.933.661

Alupar Investimento S.A.

- b) A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue:

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2018			31/12/2017		
	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Valor contábil dos não controladores	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Valor contábil dos não controladores
Controladas diretas						
Transminas Holding S.A.	29,98%	114.821	34.426	29,98%	111.727	33.498
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	107.812	5.391	5,00%	112.468	5.624
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	208.120	38.399	18,45%	247.272	45.622
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	968.981	484.321	49,98%	737.591	368.666
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	262.095	131.007	49,98%	168.515	84.231
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	208.017	103.962	49,98%	154.712	77.322
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	490.131	245.011	49,99%	416.102	208.005
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	170.075	132.727	78,04%	161.439	125.988
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,21%	96.828	36.029	37,21%	77.722	28.920
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	406.240	199.059	49,00%	427.368	209.410
Foz do Rio Claro Energia S.A.	30,17%	209.316	63.143	30,17%	194.018	58.528
Ijuí Energia S.A.	13,34%	312.014	41.629	13,34%	306.167	40.849
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	39,00%	161.764	63.094	35,81%	163.356	58.499
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	185.942	57.958	31,17%	194.699	60.687
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	49,00%	(1.074)	(527)	49,00%	(773)	(380)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	0,03%	14.792	4	0,03%	17.805	5
La Virgen S.A.C.	15,42%	278.134	42.897	17,15%	238.761	40.953
Agua Limpa S.A.	0,00%	7.464	-	0,00%	(29)	-
Transmissora Paraíso Energia S.A.	49,00%	38.921	19.071	49,00%	17.328	8.491
Transmissora Caminho do Café S.A.	49,00%	27.064	13.260	49,00%	11.985	5.872
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	49,00%	24.323	11.918	49,00%	31	15
Verde 08 Energia S.A.	15,00%	111.429	16.715	0,00%	-	-
		<u>4.403.209</u>	<u>1.739.494</u>		<u>3.758.264</u>	<u>1.460.805</u>
Controladas indiretas						
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	248.441	121.735	49,00%	440.715	215.950
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	59.915	35.349	59,00%	73.104	43.130
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	37.149	21.917	59,00%	48.641	28.697
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	121.612	72.943	59,00%	89.565	52.843
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	49,90%	40.358	20.139	0,00%	-	-
		<u>507.475</u>	<u>272.083</u>		<u>652.025</u>	<u>340.620</u>
Investimentos indiretos (*)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	170.075	(15.368)	9,04%	161.439	(14.587)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	59.915	(2.996)	5,00%	73.104	(3.655)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	5,00%	37.149	(1.857)	5,00%	48.641	(2.431)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	121.612	(6.180)	5,00%	89.565	(4.477)
		<u>388.751</u>	<u>(26.401)</u>		<u>372.749</u>	<u>(25.150)</u>
Investimentos indiretos (**)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	170.075	(32.320)	19,00%	161.439	(30.680)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	208.120	(19.195)	9,22%	247.272	(22.728)
		<u>378.195</u>	<u>(51.515)</u>		<u>408.711</u>	<u>(53.408)</u>
		<u>5.677.630</u>	<u>1.933.661</u>	-	<u>5.191.749</u>	<u>1.722.867</u>

Alupar Investimento S.A.

- c) A participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue

Participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2018			31/12/2017		
	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado alocado para os não controladores	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado alocado para os não controladores
Controladas diretas						
Transminas Holding S.A.	29,98%	26.016	7.800	29,98%	23.808	7.139
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	21.591	1.080	5,00%	18.420	921
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	26.772	4.895	18,45%	33.006	6.088
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	236.439	118.179	49,98%	202.476	101.202
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	57.560	28.772	49,98%	41.605	20.796
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	44.055	22.018	49,98%	37.969	18.977
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	116.805	58.389	49,99%	163.959	81.961
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	29.615	23.112	78,04%	36.111	28.181
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,21%	8.779	3.266	37,21%	6.766	2.518
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	92.961	45.552	49,00%	91.258	44.717
Foz do Rio Claro Energia S.A.	30,17%	20.062	6.052	30,17%	9.601	2.897
Ijuí Energia S.A.	13,34%	16.529	2.205	13,34%	15.594	2.081
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	39,00%	6.457	2.518	35,81%	34.023	12.185
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	8.152	2.541	31,17%	32.481	10.123
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	49,00%	(301)	(147)	49,00%	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	0,03%	(4.578)	(2)	0,03%	1.492	1
La Virgen S.A.C. (*)	15,42%	(19.550)	(3.020)	17,15%	11.425	1.960
Água Limpa S.A.	0,00%	(13)	-	0,00%	(13)	2
Transmissora Paraíso Energia S.A.	49,00%	5.235	2.565	49,00%	775	380
Transmissora Caminho do Café S.A.	49,00%	3.382	1.657	49,00%	506	248
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	49,00%	580	284	49,00%	31	15
Verde 08 Energia S.A.	15,00%	4.190	749	0,00%	-	-
		<u>700.738</u>	<u>328.465</u>		<u>761.293</u>	<u>342.392</u>
Controladas indiretas						
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	26.845	13.154	49,00%	29.957	14.679
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	20.894	12.327	59,00%	21.781	12.850
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	13.351	7.876	59,00%	16.494	9.731
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	26.334	15.536	59,00%	19.095	11.266
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	49,90%	1.395	696	0,00%	-	-
		<u>88.819</u>	<u>49.589</u>		<u>87.327</u>	<u>48.526</u>
Investimentos indiretos (*)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	29.615	(2.676)	9,04%	36.111	(3.263)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	20.894	(1.045)	5,00%	21.781	(1.089)
Companhia Transudeste de Transmissão	5,00%	13.351	(667)	5,00%	16.494	(824)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	26.334	(1.316)	5,00%	19.095	(952)
		<u>90.194</u>	<u>(5.704)</u>		<u>93.481</u>	<u>(6.128)</u>
Investimentos indiretos (**)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	29.615	(5.628)	19,00%	36.111	(6.863)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	26.772	(2.681)	9,22%	33.006	(3.087)
		<u>56.387</u>	<u>(8.309)</u>		<u>69.117</u>	<u>(9.950)</u>
		<u>936.138</u>	<u>364.041</u>		<u>1.011.218</u>	<u>374.840</u>

(*) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada EATE.

(**) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada ENTE.

14. Propriedades para investimento

Controladora / Consolidado	
31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	7.786
Aquisições	40
Saldo final	7.826

As propriedades para investimento da Companhia incluem uma série de terrenos destinados a uso futuro.

15. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2018
Em serviço								
Custo histórico								
Terrenos	66.384	4.262	-	17.064	-	(189)	-	87.521
Reservatórios, barragens e adutoras	1.402.605	322	(5.017)	142.173	-	-	-	1.540.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	432.164	305	(1)	25.416	-	8.643	-	466.527
Máquinas e equipamentos	1.676.932	3.741	(931)	78.095	-	3.286	-	1.761.123
Veículos	2.546	316	(154)	-	-	487	-	3.195
Móveis e utensílios	6.596	155	-	84	-	477	-	7.312
Total	3.587.227	9.101	(6.103)	262.832	-	12.704	-	3.865.761
Depreciação								
Reservatórios, barragens e adutoras	2,04%	(139.433)	(31.788)	326	-	-	-	(170.895)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,19%	(40.052)	(9.537)	-	-	(144)	-	(49.733)
Máquinas e equipamentos	3,10%	(191.455)	(54.719)	67	-	(246)	-	(246.353)
Veículos	11,74%	(1.235)	(309)	95	-	(28)	-	(1.477)
Móveis e utensílios	11,07%	(2.609)	(696)	7	-	24	-	(3.274)
Total depreciação		(374.784)	(97.049)	495	-	(394)	-	(471.732)
Total em serviço		3.212.443	(87.948)	262.832	-	12.310	-	3.394.029
Em curso								
	813.067	288.443	(3.309)	(262.832)	3.972	50.112	-	889.453
Total imobilizado	4.025.510	200.495	(8.917)	-	3.972	62.422	-	4.283.482

Consolidado									
Taxa média anual de depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Arrendamento financeiro	Outros	31/12/2017
Em serviço									
Custo histórico									
Terrenos	63.975	930	-	1.479	-	-	-	-	66.384
Reservatórios, barragens e adutoras	1.395.145	7	-	7.453	-	-	-	-	1.402.605
Edificações, obras civis e benfeitorias	416.630	12.049	-	3.485	-	-	-	-	432.164
Máquinas e equipamentos	1.668.158	2.169	-	6.579	-	18	-	8	1.676.932
Veículos	1.927	357	(187)	177	-	-	351	(79)	2.546
Móveis e utensílios	6.082	628	-	(71)	-	-	-	(43)	6.596
Total	3.551.917	16.140	(187)	19.102	-	18	351	(114)	3.587.227
Depreciação									
Reservatórios, barragens e adutoras	2,29%	(109.353)	(30.287)	-	-	-	-	207	(139.433)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,40%	(30.572)	(9.489)	-	-	-	-	9	(40.052)
Máquinas e equipamentos	3,14%	(137.773)	(53.453)	-	-	-	-	(229)	(191.455)
Veículos	18,66%	(975)	(321)	187	-	-	-	(126)	(1.235)
Móveis e utensílios	10,59%	(2.103)	(695)	-	-	-	-	189	(2.609)
Total depreciação		(280.776)	(94.245)	187	-	-	-	50	(374.784)
Total em serviço		3.271.141	(78.105)	19.102	-	18	351	(64)	3.212.443
Em curso									
Total imobilizado		539.182	258.373	(1.918)	(19.102)	17.462	(18)	-	19.088
		3.810.323	180.268	(1.918)	-	17.462	-	351	19.024
									4.025.510

Alupar Investimento S.A.

a) Imobilizado em curso

-La Virgen: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 84,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R\$ 631.206.

b) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 14.442 (R\$ 19.288 em 31 de dezembro de 2017), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 2.526 (R\$ 1.826 em 31 de dezembro de 2017). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 11.916 (R\$ 17.462 em 31 de dezembro de 2017). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, vide nota explicativa nº 24 e 25.

c) Análise de recuperação do imobilizado (impairment), vide Nota Explicativa 3.5.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

16.Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Controladora:

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	Outros	31/12/2018

Custo

Outros intangíveis de concessão	761	52	-	-	813
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	6.681	-	-	14.838
	8.918	6.733	-	-	15.651

Amortização

Outros intangíveis de concessão	20,00%	(591)	(38)	-	(629)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,58%	(2.019)	(364)	-	(2.383)
		(2.610)	(402)	-	(3.012)

Projetos em desenvolvimento

		78.299	(124)	(10.404)	(979)	66.792
Total intangível		84.607	6.207	(10.404)	(979)	79.431

Controladora				
Taxa média anual de amortização	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017

Custo

Outros intangíveis de concessão	755	6	-	761
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	-	-	8.157
	8.912	6	-	8.918

Amortização

Outros intangíveis de concessão	20,00%	(548)	(43)	-	(591)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,58%	(1.692)	(327)	-	(2.019)
		(2.240)	(370)	-	(2.610)

Projetos em desenvolvimento

		72.452	7.546	(1.699)	78.299
Total intangível		79.124	7.182	(1.699)	84.607

Alupar Investimento S.A.

Consolidado:

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2018
Custo							
Outros intangíveis de concessão	18.843	5.005	-	67	597	-	24.512
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	57.125	(2.510)	-	-	-	7.804	62.419
	92.316	2.495	-	67	597	7.804	103.279
Amortização							
Outros intangíveis de concessão	24,29%	(10.197)	(2.239)	-	(247)	-	(12.683)
Uso do bem público	3,18%	(3.317)	(522)	-	-	-	(3.839)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,06%	(10.784)	1.070	-	-	-	(9.714)
		(24.298)	(1.691)	-	(247)	-	(26.236)
Projeto em desenvolvimento							
		80.448	2.086	(10.404)	(67)	(895)	71.168
Total intangível		148.466	2.890	(10.404)	-	6.909	148.211

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2017
Custo							
Outros intangíveis de concessão	15.883	395	(5)	448	1.961	161	18.843
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	57.912	-	-	-	-	(787)	57.125
	90.143	395	(5)	448	1.961	(626)	92.316
Amortização							
Outros intangíveis de concessão	23,95%	(5.963)	(4.256)	-	-	22	(10.197)
Uso do bem público	3,18%	(2.796)	(521)	-	-	-	(3.317)
Intangível gerado na aquisição de ações	3,97%	(9.219)	(1.565)	-	-	-	(10.784)
		(17.978)	(6.342)	-	-	22	(24.298)
Projeto em desenvolvimento							
		73.586	9.021	(1.703)	(448)	(8)	80.448
Total intangível		145.751	3.074	(1.708)	-	(612)	148.466

Alupar Investimento S.A.

Intangível gerado na aquisição de ações (direito de exploração decorrente da concessão)

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Taxa média anual de amortização	Prazo da concessão/ Autorização		Controladora		Consolidado		
	Início	Fim	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Composição do intangível gerado na aquisição de ações							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245
La Virgen S.A.C.	N/A	N/A	N/A	-	-	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.924	3.924
Energia dos Ventos X S.A. (**)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	N/A	29/09/16	29/09/46	6.681	-	6.680	-
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	2,87%	01/12/16	01/12/16	-	-	1.781	-
Outros	N/A	N/A	N/A	247	247	247	247
				14.838	8.157	66.373	57.912
Amortização do ágio decorrente da concessão							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.				(791)	(670)	(791)	(670)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.				(1.592)	(1.349)	(1.592)	(1.349)
Energia dos Ventos I S.A. (**)				-	-	(264)	(167)
Energia dos Ventos II S.A. (**)				-	-	(158)	(98)
Energia dos Ventos III S.A. (**)				-	-	(262)	(158)
Energia dos Ventos IV S.A. (**)				-	-	(344)	(229)
Energia dos Ventos X S.A. (**)				-	-	(212)	(141)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)				-	-	(3.177)	(2.864)
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)				-	-	(4.103)	(3.704)
Companhia Transleste de Transmissão (*)				-	-	(695)	(781)
Companhia Transudeste de Transmissão (*)				-	-	(969)	(560)
Companhia Transirapé de Transmissão (*)				-	-	(1.059)	(850)
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)				-	-	(42)	-
				(2.383)	(2.019)	(13.668)	(11.571)
Total líquido				12.455	6.138	52.705	46.341

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X

a) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela Administração.

b) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

Alupar Investimento S.A.

c) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

17.Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	2.291	4.281
Suprimento de energia elétrica	26.451	21.915	112.810	68.234
Materiais e serviços	22.274	1.882	175.141	66.287
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	5.261	13.537	-	-
Outros	-	-	2.950	2.797
	53.986	37.334	293.192	141.599
Circulante	53.986	37.334	293.192	141.599
Não circulante	-	-	-	-
	53.986	37.334	293.192	141.599

18.Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	25.438	43.090
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	26.934	28.116
Total	52.372	71.206

19.Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

a) A composição do imposto de renda e da contribuição social, diferidos registrados no ativo e passivo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido - ativo	7.398	9.885
Contribuição social diferida - ativo	2.665	3.558
	10.063	13.443
Imposto de renda diferido - passivo	(444.139)	(271.886)
Contribuição social diferida - passivo	(240.619)	(163.265)
	(684.758)	(435.151)

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE e ETVG.

As empresas EBTE, FOZ e FGE possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

As empresas optantes pelo lucro presumido são: Transleste, Transudeste, Transirapé, STC, Lumitrans, ESDE, ETSE e ERTE.

Alupar Investimento S.A.

Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Consolidado			
	Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal e base negativa	10.063	13.443	(3.380)	(8.645)
Contrato de concessão	(676.400)	(430.366)	(83.096)	24.947
Diferimento de receita para órgãos públicos	(8.358)	(4.785)	519	3.314
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(674.695)	(421.708)	(85.957)	19.616

b) Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo na demonstração contábil e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia (Alupar Investimento S.A), acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

<u>Créditos fiscais não reconhecidos</u>	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	428.583	408.875
Base negativa de contribuição social	441.143	416.610

20.Outras obrigações

A composição de outras obrigações no passivo são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Pis e Cofins Diferido - CPC 47	289.521	-
Provisão UBP	21.278	19.395
Outros	30.793	27.066
	<u>341.592</u>	<u>46.461</u>
Circulante	63.855	19.160
Não circulante	277.737	27.301
Total circulante	<u>341.592</u>	<u>46.461</u>

As contribuições diferidas são relativas às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo de concessão e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

21. Provisões para gastos ambientais

A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

A movimentação das provisões para gastos ambientais é como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Baixas	Realização	Saldo final 31/12/2018
Controladas					
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30	-	(30)	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	9.251	-	-	-	9.950
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	664	-	-	-	714
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	41	-	-	-	44
Foz do Rio Claro Energia S.A.	69	-	-	(69)	-
Ijuí Energia S.A.	899	-	-	(154)	745
Energia dos Ventos X S.A.	494	-	-	-	494
Ferreira Gomes Energia S.A.	4.514	-	-	(2.703)	1.811
Verde 08 Energia S.A.	-	10.670	-	(294)	10.376
Total	15.962	10.670	(30)	(3.220)	24.134
Circulante	15.228				23.400
Não circulante	734				734
	15.962				24.134

22. Provisões de constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

a) A composição das provisões de constituição dos ativos e movimentações por controlada é como segue:

Alupar Investimento S.A.

	Consolidado			
	Saldo inicial	Adições	Realização	Saldo final
	31/12/2017			31/12/2018
Controladas				
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.026	-	(217)	10.809
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.943	-	(316)	5.627
Energia dos Ventos I S.A.	277	1.568	(25)	1.820
Energia dos Ventos II S.A.	129	-	(46)	83
Energia dos Ventos III S.A.	172	-	(46)	126
Energia dos Ventos IV S.A.	363	-	(9)	354
Energia dos Ventos X S.A.	253	1.196	(35)	1.414
Verde 08	-	16.000	(3.495)	12.505
Ferreira Gomes Energia S.A	27.391	32.382	(6.492)	53.281
	45.554	51.146	(10.681)	86.019
Circulante	38.877			79.341
Não circulante	6.677			6.678
	45.554			86.019

23. Taxas regulamentares e setoriais

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	2.358	2.247
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	4.487	7.209
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.540	382
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	45.971	47.432
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	889	1.003
Ministério de Minas e Energia - MME	443	503
RGR e TFSEE diferido	166.746	-
	<u>222.434</u>	<u>58.776</u>
Circulante	85.107	58.776
Não circulante	137.327	-
Total	<u>222.434</u>	<u>58.776</u>

24.Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado									
		Circulante					Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	31/12/2017	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	31/12/2017
Moeda estrangeira	Operacionais										
Banco Itaú ME	Alupar Peru	-	30.433	-	30.433	21.322	-	64.017	-	64.017	79.492
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	-	-	-	-	-	-	67.895	-	67.895	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	-	-	-	-	35.863	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	-	-	-	-	8.972	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	-	-	-	-	11.215	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	-	-	-	-	11.215	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	-	-	-	-	13.457	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	-	-	-	-	15.700	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	-	-	-	-	15.700	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	-	-	-	-	22.429	-	-	-	-	-
Banco Itaú Pagaré nº 200000000135	Risaralda	-	-	-	-	1.644	-	-	-	-	-
Banco Itaú Pagaré nº 200000000225	Risaralda	-	-	-	-	1.670	-	-	-	-	-
Reestruturação largo prazo	Risaralda	1.097	-	(326)	771	-	-	143.280	(1.668)	141.612	-
		1.097	30.433	(326)	31.204	159.187	-	275.192	(1.668)	273.524	79.492
Moeda estrangeira	Pré Operacionais										
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	-	-	-	-	167.204	-	-	-	-	-
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	-	-	-	-	99.875	-	-	-	-	-
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	-	6.977	-	6.977	782	-	179.863	-	179.863	164.827
Deg Deustsche Investitions	La Virgen	-	4.887	-	4.887	469	-	107.797	-	107.797	98.896
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	-	83	-	83	57	-	52	-	52	126
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	-	135	-	135	126	-	88	-	88	207
Santander Brasil- Capital de trabalho	Transmissora Colombiana	927	-	-	927	-	-	38.802	-	38.802	-
		927	12.082	-	13.009	268.513	-	326.602	-	326.602	264.056
Subtotal		2.024	42.515	(326)	44.213	427.700	-	601.794	(1.668)	600.126	343.548
Moeda nacional	Operacionais										
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	-	-	-	-	1.471	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	-	-	-	-	11.586	-	-	-	-	72.382
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	-	-	-	-	2.900	-	-	-	-	2.648
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	-	-	-	-	1.670	-	-	-	-	13.484
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	-	-	-	-	1.591	-	-	-	-	5.936
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	78	3.368	-	3.446	3.445	-	21.329	-	21.329	24.527
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	2	109	-	111	112	-	694	-	694	798
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	96	3.232	-	3.328	3.330	-	28.822	-	28.822	31.834
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	29	4.439	-	4.468	4.479	-	17.383	-	17.383	21.821
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	-	-	-	-	1.547	-	-	-	-	11.240
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	-	-	-	-	20.117	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	570	14.825	(240)	15.155	15.183	-	168.018	(2.708)	165.310	178.638
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	226	5.868	-	6.094	6.104	-	66.500	-	66.500	71.870
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	26	662	-	688	689	-	7.502	-	7.502	8.109
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	95	24.705	-	24.800	24.842	-	74.114	-	74.114	98.819
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	3	112	-	115	36	-	1.274	-	1.274	433
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	405	15.571	-	15.976	15.979	-	112.884	-	112.884	127.571
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	397	13.259	-	13.656	13.670	-	102.763	-	102.763	115.226
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	180	9.511	-	9.691	9.681	-	50.724	-	50.724	59.821
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	24	1.292	-	1.316	1.316	-	6.889	-	6.889	8.124
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	175	9.658	-	9.833	9.823	-	49.095	-	49.095	58.349
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	39	2.115	-	2.154	2.153	-	10.752	-	10.752	12.779
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-
BNDES	EDV I	180	2.275	(25)	2.430	2.249	-	52.440	-	52.440	54.339
BNDES	EDV II	101	1.284	(13)	1.372	1.270	-	29.601	-	29.601	30.673
BNDES	EDV III	155	1.963	(19)	2.099	1.943	-	45.247	-	45.247	46.885
BNDES	EDV IV	238	3.012	(24)	3.226	3.227	-	69.419	-	69.419	77.680
BNDES	EDV X	130	1.646	(18)	1.758	1.627	-	37.940	-	37.940	39.314
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	63	22.534	-	22.597	21.492	-	76.808	-	76.808	99.342
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	133	-	77	-	77	209
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	16	2.382	-	2.398	2.404	-	9.728	-	9.728	12.110
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	146	421	-	567	551	-	4.174	-	4.174	4.595
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	134	1.490	-	1.624	1.163	-	1.986	-	1.986	3.476
BNDES - Credito automático Contrato 215.411	Transirapé	138	485	-	623	607	-	3.071	-	3.071	3.556
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	81	2.461	-	2.542	2.555	-	12.716	-	12.716	15.178
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	24	747	-	771	777	-	3.929	-	3.929	4.675
		3.752	149.558	(339)	152.971	191.746	-	1.065.879	(2.708)	1.063.171	1.316.441
Total - Empréstimos e financiamentos		5.776	192.073	(665)	197.184	619.446	-	1.667.673	(4.376)	1.663.297	1.659.989

b) As principais características dos empréstimos e financiamentos são conforme segue:

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado							
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização		
Indexador	Juros (%)				Principal	Encargos			
Moeda nacional - R\$									
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	mai/25	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	Mensal	
Banco Santander Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/17	jul/18	20.000	CDI	7,94	Único no final	Único no final	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,5	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jul/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal	
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal	
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal	
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal	
BDMG - Contrato nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,00	Mensal	Mensal	
BDMG - Contrato nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	Mensal	
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	Mensal	
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal	
Moeda estrangeira - Peso colombiano									
Banco Itaú Corpbanca	Risaralda	abr/18	out/18	COP 3.000.000.000		9,55	Único no final	Único no final	
Banco Itaú Corpbanca	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000.000	IBR	4,93	Trimestral	Trimestral	
Moeda estrangeira - Dólar									
Banco Itaú ME	Alupar Peru	set/17	set/20	USD 30.000.000	Libor (**)	5,85	Semestral	Semestral	
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	dez/18	dez/21	USD 17.500.000	Libor	-	Anual	Anual	

(*) primeira tranche liberada 29-mar-2016 no montante de R\$ 151.450
(**) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 6 meses.

Financiadores / Credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
Indexador	Juros (%)				Principal	Encargos		
Moeda estrangeira - Peso colombiano								
Santander Brasil- Capital de trabajo	Transmissora Colombiana	mai/18	abr/21	US\$ 30.000	Libor (**)	3,70 PTOS	Anual	Anual
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 175.651	IBR(***)	4,44%	Mensal	Mensal
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 290.001	-	10,32	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira - Dólar								
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 40.000.000	Libor (**)	até 5 anos 3,90, após 5,70	Semestral	Semestral
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 10.000.000	-	até 5 anos 5,00, após 10,26	Semestral	Semestral
Deg Deutsche Investments	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000.000	Libor (**)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	Semestral

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 3 meses.
(**) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 6 meses.
(***) Indicador Bancario de Referência - IBR. A taxa IBR do contrato é mensal

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2018, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e investidas.

Alupar Investimento S.A.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas.

Em 31 de dezembro de 2018 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$105.979 (R\$ 113.985 em 31 de dezembro de 2017) evidenciado na nota explicativa 7.

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Financiadores / Credores	Empresa	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Varição	Ganho e	Amortização	Amortização	Bônus de	Empréstimos	Saldo final
		31/12/2017	dividas (Custo a amortizar)	encargos	monetária e cambial	perda na tradução	do principal	do encargos	adiplência	adquiridos em transação de capital	31/12/2018
Moeda estrangeira											
Banco Itaú ME	Alupar Peru	100.814	-	9.668	3.999	10.963	(22.634)	(8.360)	-	-	94.450
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	-	67.895	-	-	-	-	-	-	-	67.895
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	167.204	-	-	(1.860)	(3.156)	(160.785)	(1.403)	-	-	-
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	99.875	-	-	(6)	(483)	(97.583)	(1.803)	-	-	-
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	165.609	-	8.303	7.724	11.720	(902)	(5.614)	-	-	186.84
Deg Deutsche Investitions	La Virgen	99.365	-	7.669	4.662	7.032	(542)	(5.802)	-	-	112.684
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	35.863	-	1.423	-	6.824	(42.220)	(1.800)	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	8.972	-	356	-	1.706	(10.561)	(473)	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	11.215	-	445	-	2.134	(13.203)	(591)	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	11.215	-	445	-	2.134	(13.203)	(591)	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	13.457	-	534	-	2.561	(15.843)	(709)	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	15.700	-	623	-	2.988	(18.483)	(828)	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	15.700	-	623	-	2.988	(18.483)	(828)	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	22.429	-	890	-	4.267	(26.404)	(1.182)	-	-	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	1.644	-	19	-	120	(1.696)	(84)	-	-	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	1.670	-	16	-	122	(1.726)	(85)	-	-	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000355	Risaralda	-	3.960	86	-	99	(4.059)	(86)	-	-	-
Reestructuración largo plazo	Risaralda	-	158.400	7.713	-	(17.113)	-	(6.617)	-	-	142.383
Itaú Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	183	-	18	-	27	(75)	(18)	-	-	135
Itaú Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	333	-	25	-	14	(124)	(25)	-	-	223
Santander Brasil- Capital de trabajo	Transmissora Colombiana	-	36.007	875	2.847	-	-	-	-	-	39.729
		771.248	266.262	39.731	17.366	34.947	(448.526)	(36.689)	-	-	644.339
Moeda nacional											
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	1.471	-	72	-	-	(1.513)	(30)	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	83.968	-	4.074	-	-	(83.949)	(4.093)	-	-	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	5.548	-	118	-	-	(5.537)	(129)	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	15.154	-	703	-	-	(15.154)	(703)	-	-	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	7.527	-	100	-	-	(7.159)	(468)	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	27.972	-	2.167	183	-	(3.356)	(2.191)	-	-	24.775
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	910	-	67	4	-	(109)	(67)	-	-	805
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	35.164	-	2.863	-	-	(3.221)	(2.656)	-	-	32.150
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	26.300	-	840	-	-	(4.438)	(851)	-	-	21.851
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	12.787	-	260	-	-	(12.700)	(347)	-	-	-
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	20.117	-	1.050	-	-	(20.000)	(1.167)	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	193.821	-	15.692	1.304	-	(14.771)	(15.581)	-	-	180.465
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	77.974	-	6.116	516	-	(5.846)	(6.166)	-	-	72.594
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	6.779	-	691	58	-	(660)	(677)	-	-	8.199
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	123.661	-	2.785	-	-	(24.705)	(2.827)	-	-	98.914
BTG Pactual - Nota promissória - 1ª Emissão	Ferreira Gomes	469	1.002	71	8	-	(92)	(69)	-	-	1.389
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	143.550	-	11.192	933	-	(15.513)	(11.302)	-	-	128.860
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	128.896	-	10.913	840	-	(13.212)	(11.018)	-	-	116.419
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	69.502	-	5.027	400	-	(9.476)	(5.038)	-	-	60.415
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	9.440	-	707	106	-	(1.288)	(760)	-	-	8.205
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	68.172	-	4.586	435	-	(10.084)	(4.181)	-	-	58.928
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	14.932	-	1.447	95	-	(2.620)	(948)	-	-	12.906
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	24	-	-	-	-	(24)	-	-	-	-
BNDES	EDV I	56.588	-	4.383	385	-	(2.095)	(4.391)	-	-	54.870
BNDES	EDV II	31.943	-	2.524	246	-	(1.220)	(2.520)	-	-	30.973
BNDES	EDV III	48.828	-	3.780	330	-	(1.808)	(3.784)	-	-	47.346
BNDES	EDV IV	80.907	-	5.948	545	-	(8.801)	(5.954)	-	-	72.645
BNDES	EDV X	40.941	-	3.325	277	-	(1.516)	(3.329)	-	-	39.698
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	120.838	-	8.575	-	-	(21.415)	(8.589)	-	-	99.405
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	342	-	13	-	-	(132)	(13)	-	-	210
BDMG (FINAME PSJ) - Contrato nº 177906	Transirapé	14.514	-	464	-	-	(2.382)	(470)	-	-	12.126
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	5.146	-	489	-	-	(421)	(473)	-	-	4.741
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	4.639	-	498	-	-	(993)	(534)	-	-	3.610
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411	Transirapé	4.163	-	514	-	-	(445)	(538)	-	-	3.694
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	17.733	-	1.283	-	-	(2.462)	(1.296)	-	-	15.258
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	5.452	-	395	-	-	(748)	(399)	-	-	4.700
		1.508.187	1.002	103.732	6.665	-	(299.865)	(103.579)	-	-	1.216.142
		2.279.435	267.264	143.463	24.031	34.947	(748.391)	(140.268)	-	-	1.860.481
Circulante		619.446									197.184
Não circulante		1.659.989									1.663.297
Total		2.279.435									1.860.481

As principais captações e liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

Financiadores/Credores	Empresa	Tipo de moeda	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	Dólar americano	mar/17	USD 50.000.000	Libor (*)-5,19	Único no final	Único no final	jan/18
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	Dólar americano	mar/17	USD 30.000.000	Libor (*)-4,50	Único no final	Trimestral	jan/18
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	Peso colombiano	nov/14	COP 32.000.000.000	IBR 3,40	Único no final	Único no final	mai/18
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	Peso colombiano	mar/16	COP 8.000.000.000	IBR 3,90	Único no final	Único no final	mai/18
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	Peso colombiano	ago/15	COP 10.000.000.000	IBR 3,90	Único no final	Único no final	mai/18
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	Peso colombiano	abr/16	COP 10.000.000.000	IBR 3,90	Único no final	Único no final	mai/18
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	Peso colombiano	nov/14	COP 12.000.000.000	IBR 3,90	Único no final	Único no final	mai/18
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	Peso colombiano	dez/15	COP 14.000.000.000	IBR 3,90	Único no final	Único no final	mai/18
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	Peso colombiano	fev/16	COP 14.000.000.000	IBR 3,90	Único no final	Único no final	mai/18
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	Peso colombiano	nov/14	COP 20.000.000.000	IBR 3,90	Único no final	Único no final	mai/18
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	Peso colombiano	jul/17	COP 1.425.000.000	10,23	Único no final	Único no final	fev/18
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	Peso colombiano	ago/17	COP 1.450.000.000	10,23	Único no final	Único no final	fev/18
Reestructuración largo plazo	Risaralda	Peso colombiano	mai/18	COP 120.000.000	IBR+4,93%	Trimestral	Trimestral	mai/25
Banco do Brasil - contrato nº 40/00039-7	ETVG	Reais	dez/11	17.835	10	Mensal	Trimestral	abr/18
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	Reais	jun/17	R\$20.000	115,00% do CDI	Anual	Anual	jul/18
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	Reais	dez/09	R\$72.841	8,00	Mensal	Mensal	mai/18
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	Reais	dez/09	R\$141.652	TJLP + 2,56	Mensal	Mensal	mai/18
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	Reais	dez/09	R\$23.498	4,50	Mensal	Mensal	jul/18
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	Reais	nov/12	R\$26.319	TJLP + 2,08	Mensal	Mensal	jul/18
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	Reais	nov/12	R\$16.478	2,50	Mensal	Mensal	jul/18
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	Reais	jun/13	R\$192	3,00	Mensal	Mensal	jul/18
Banco Santander Brasil	Alupar Inversiones Peru	Dólar americano	dez/18	USD 17.500.000	Libor + 3,42	Anual	Anual	dez/21
Santander Brasil - Capital de trabalho	Transmissora Colombiana	Dólar americano	mai/18	USD 30.000.000	Libor + 3,70	Anual	Anual	abr/21

- (i) O crédito liberado por parte do BNDES para a controlada EDV's até 31 de dezembro 2018 ocorreu da seguinte forma:

Empresa	Montante contratado	Liberações				Saldo a liberar em 31/12/2018
		29/03/2016	15/07/2016	15/08/2016	Total	
EDV I	57.990	38.900	16.785	-	55.685	2.305
EDV II	32.220	28.000	1.096	2.592	31.688	532
EDV III	49.007	30.000	17.132	1.023	48.155	852
EDV IV	81.041	55.550	24.056	-	79.606	1.435
EDV X	41.042	27.000	13.320	-	40.320	722
Total	261.300	179.450	72.389	3.615	255.454	5.846

- d) A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2018							
	Consolidado							
	R\$							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	43.141	78.453	124.464	19.333	24.042	25.047	187.476	501.956
Pesos colombianos	1.072	13.458	9.993	12.295	14.605	90.960	-	142.383
	44.213	91.911	134.457	31.628	38.647	116.007	187.476	644.339
Moeda nacional								
TJLP	96.629	92.844	92.944	93.272	94.355	93.891	399.080	963.015
Taxa fixa	58.331	59.776	54.178	47.251	24.550	10.840	1.230	256.156
(-) Custos a amortizar	(321)	(240)	(240)	(240)	(240)	(240)	(1.508)	(3.029)
	154.639	152.380	146.882	140.283	118.665	104.491	398.802	1.216.142
	198.852	244.291	281.339	171.911	157.312	220.498	586.278	1.860.481

25.Debêntures

a) O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Empresas	Controladora/ Consolidado									
		Circulante					Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	31/12/2017	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	31/12/2017
4ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	51.873	-	-	-	-	-
5ª Emissão	Alupar	2.239	22.032	(13)	24.258	23.438	-	352.509	(96)	352.413	359.820
6ª Emissão	Alupar	4.436	-	(1.231)	3.205	2.960	-	301.755	(1.641)	300.114	287.823
		6.675	22.032	(1.244)	27.463	78.271	-	654.264	(1.737)	652.527	647.643
	Operacionais										
1ª emissão	Windepar	188	1.445	(517)	1.116	5.650	-	70.067	(4.708)	65.359	63.608
3ª Emissão	EATE	55	20.844	(3)	20.896	83.263	-	-	-	-	20.841
4ª Emissão	EATE	640	37.412	(14)	38.038	38.504	-	28.058	(3)	28.055	65.448
5ª Emissão - Série I	EATE	562	126.000	(51)	126.511	520	-	-	-	-	125.941
5ª Emissão - Série II	EATE	247	-	(21)	226	244	-	54.000	(35)	53.965	53.938
6ª Emissão	EATE	46	15.272	(134)	15.184	13.951	-	42.000	(157)	41.843	56.972
7ª Emissão	EATE	69	18.546	(181)	18.434	-	-	64.908	(276)	64.632	-
3ª Emissão	ECTE	455	36.008	(55)	36.408	27.674	-	1.988	(1)	1.987	37.931
4ª Emissão	ECTE	60	-	(143)	(83)	(80)	-	75.000	(223)	74.777	74.626
2ª Emissão	ENTE	998	58.353	(22)	59.329	60.057	-	43.763	(5)	43.758	102.082
3ª Emissão - Série I	ENTE	125	28.000	(32)	28.093	81	-	-	-	-	27.963
3ª Emissão - Série II	ENTE	55	-	(14)	41	44	-	12.000	(22)	11.978	11.960
2ª Emissão	ETEP	278	16.235	(11)	16.502	16.698	-	12.176	(3)	12.173	28.394
3ª Emissão	ETEP	37	6.429	(108)	6.358	-	-	38.572	(169)	38.403	-
3ª Emissão	Ferreira Gomes	741	8.340	(1.319)	7.762	2.296	-	289.512	(10.554)	278.958	274.679
1ª Emissão	STN	406	23.765	(68)	24.103	24.363	-	17.823	-	17.823	41.520
2ª Emissão	Transirapé	24	3.243	(50)	3.217	(24)	-	26.757	(137)	26.620	29.813
1ª Emissão	Transleste	222	12.941	(56)	13.107	13.275	-	9.878	(33)	9.845	22.730
2ª Emissão	Transleste	24	-	(51)	(27)	(25)	-	30.000	(141)	29.859	29.807
2ª Emissão	Transudeste	37	12.245	(73)	12.209	4.052	-	33.674	(198)	33.476	45.648
1ª Emissão	EBTE	82	21.999	(226)	21.855	-	-	77.002	(346)	76.656	-
1ª Emissão	ETES	30	8.000	(49)	7.981	-	-	28.000	(169)	27.831	-
1ª Emissão	ETVG	28	7.600	(41)	7.587	-	-	26.600	(142)	26.458	-
		5.409	462.677	(3.239)	464.847	290.543	-	981.778	(17.322)	964.456	1.113.901
	Pré-operacionais										
1ª Emissão	Verde 8	-	-	-	-	103.123	-	-	-	-	-
2ª Emissão	Verde 8	3.732	-	(470)	3.262	-	-	142.021	(2.626)	139.395	-
1ª Emissão	ETAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.170
2ª Emissão - Série I	ETAP	793	-	(247)	546	-	-	41.300	(916)	40.384	-
2ª Emissão - Série II	ETAP	2.731	-	(490)	2.241	-	-	114.700	(2.799)	111.901	-
1ª Emissão	ETC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.085
2ª Emissão - Série I	ETC	597	-	(182)	415	-	-	30.700	(675)	30.025	-
2ª Emissão - Série II	ETC	2.031	-	(361)	1.670	-	-	85.300	(2.061)	83.239	-
1ª Emissão	TCC	8.614	-	(4.955)	3.659	-	1.669	680.000	(18.580)	663.089	-
1ª Emissão	TPE	13.554	-	(7.776)	5.778	-	2.626	1.070.000	(29.161)	1.043.465	-
2ª Emissão	EDTE	243	-	(1.231)	(988)	-	-	315.000	(9.585)	305.415	-
		32.295	-	(15.712)	16.583	103.123	4.295	2.479.021	(66.403)	2.416.913	250.255
Total - Debêntures		44.379	484.709	(20.195)	508.893	471.937	4.295	4.115.063	(85.462)	4.033.896	2.011.799

Alupar Investimento S.A.

b) As principais características das debêntures são conforme segue:

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
5ª Emissão - Série I	EATE	set/16	set/19	126.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal
5ª Emissão - Série II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
3ª Emissão - Série I	ENTE	set/16	set/19	28.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal
3ª Emissão - Série II	ENTE	set/16	set/21	12.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal

Financiadores / Credores	Empresas pré operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral
2ª Emissão - Série I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral
2ª Emissão - Série II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral
2ª Emissão - Série I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral
2ª Emissão - Série II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral

A Administração da Companhia e suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debêntures da controlada Ferreira Gomes S. A., o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debêntures. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e investidas.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis.

Alupar Investimento S.A.

c) A movimentação das debêntures é conforme segue:

Financiadores / Credores	Empresa	Controladora/ Consolidado						Saldo final 31/12/2018
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização dos encargos	
		31/12/2017						
4ª Emissão	Alupar	51.873	-	419	-	(50.010)	(2.282)	-
5ª Emissão	Alupar	383.258	-	38.283	5.867	(21.465)	(29.272)	376.671
6ª Emissão	Alupar	290.783	-	30.012	3.737	-	(21.213)	303.319
		725.914	-	68.714	9.604	(71.475)	(52.767)	679.990
3ª Emissão	EATE	104.104	-	5.250	-	(83.052)	(5.406)	20.896
4ª Emissão	EATE	103.952	-	5.798	-	(37.412)	(6.245)	66.093
5ª Emissão - Série I	EATE	126.461	-	8.984	-	-	(8.934)	126.511
5ª Emissão - Série II	EATE	54.182	-	3.940	-	-	(3.931)	54.191
6ª Emissão	EATE	70.923	-	4.598	-	(12.727)	(5.767)	57.027
7ª Emissão	EATE	-	84.450	2.744	-	(1.545)	(2.583)	83.066
3ª Emissão	ECTE	65.605	-	4.768	-	(27.006)	(4.972)	38.395
4ª Emissão	ECTE	74.546	-	5.197	-	-	(5.049)	74.694
1ª Emissão	Windepar	69.258	2.408	5.852	-	(714)	(10.329)	66.475
2ª Emissão	ENTE	162.139	-	9.042	-	(58.354)	(9.740)	103.087
3ª Emissão - Série I	ENTE	28.044	-	2.035	-	-	(1.986)	28.093
3ª Emissão - Série II	ENTE	12.004	-	887	-	-	(872)	12.019
2ª Emissão	ETEP	45.092	-	2.529	-	(16.236)	(2.710)	28.675
3ª Emissão	ETEP	-	44.674	1.455	-	-	(1.368)	44.761
3ª Emissão	Ferreira Gomes	276.975	-	20.080	11.392	(2.986)	(18.741)	286.720
1ª Emissão	STN	65.883	-	3.659	-	(23.649)	(3.967)	41.926
2ª Emissão	Transirapé	29.789	-	2.068	-	-	(2.020)	29.837
1ª Emissão	Transleste	36.005	-	2.048	-	(12.941)	(2.160)	22.952
2ª Emissão	Transleste	29.782	-	2.070	-	-	(2.020)	29.832
2ª Emissão	Transudeste	49.700	-	3.401	-	(4.082)	(3.334)	45.685
1ª Emissão	Verde 8	103.123	-	4.106	-	(100.000)	(7.229)	-
2ª Emissão	Verde 8	-	136.668	3.732	2.021	-	236	142.657
1ª Emissão	ETAP	150.170	-	7.668	-	(150.000)	(7.838)	-
2ª Emissão 1ª Série	ETAP	-	40.066	793	-	-	71	40.930
2ª Emissão 2ª Série	ETAP	-	111.271	2.731	-	-	140	114.142
1ª Emissão	ETC	100.085	-	5.221	-	(100.000)	(5.306)	-
2ª Emissão 1ª Série	ETC	-	29.791	597	-	-	52	30.440
2ª Emissão 2ª Série	ETC	-	82.776	2.031	-	-	102	84.909
1ª Emissão	TCC	-	655.229	10.283	-	-	1.236	666.748
1ª Emissão	TPE	-	1.031.121	16.180	-	-	1.942	1.049.243
1ª Emissão	EBTE	-	110.000	3.293	-	(11.688)	(3.094)	98.511
1ª Emissão	ETES	-	39.758	1.156	-	(4.000)	(1.102)	35.812
1ª Emissão	ETVG	-	37.757	1.009	-	(3.800)	(921)	34.045
2ª Emissão	EDTE	-	315.000	-	-	-	(10.573)	304.427
		2.483.736	2.720.969	223.919	23.017	(721.667)	(187.185)	4.542.789
Circulante		471.937						508.893
Não circulante		2.011.799						4.033.896
		2.483.736						4.542.789

As principais movimentações de captações e liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

Financiadores/credores	Empresa	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos encargos	Data da liquidação / captação
4ª Emissão	Alupar	03/fev/12	150.000	CDI + 1,45%	Semestral	Semestral	fev/18
1ª Emissão	Verde 08	31/jul/17	100.000	107,00 CDI	Único no final	Único no final	jul/18
1ª Emissão	ETAP	07/dez/17	150.000	7,38	Único no final	Único no final	set/18
1ª Emissão	ETC	07/dez/17	100.000	7,38	Único no final	Único no final	out/18
1ª Emissão	ETES	jun/18	40.000	112,00 CDI	Mensal	Mensal	jun/23
1ª Emissão	ETVG	jun/18	38.000	112,00 CDI	Mensal	Mensal	jun/23
2ª Emissão - Série I	ETC	set/18	30.700	113,50 CDI	Único no final	Semestral	set/23
2ª Emissão - Série II	ETC	set/18	85.300	6,17 IPCA	Anual	Semestral	set/25
1ª Emissão	TCC	set/18	680.000	6,53 IPCA	Semestral	Semestral	set/28
1ª Emissão	TPE	set/18	1.070.000	6,53 IPCA	Semestral	Semestral	set/28
2ª Emissão	EDTE	dez/18	315.000	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	dez/28
1ª Emissão	EBTE	jun/18	110.000	112,00 CDI	Mensal	Mensal	jun/23
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	140.000	5,96 IPCA	Único no final	Semestral	jul/25
2ª Emissão - Série I	ETAP	set/18	41.300	112,00 CDI	Único no final	Semestral	set/23
2ª Emissão - Série II	ETAP	set/18	114.700	6,17 IPCA	Anual	Semestral	set/25

Alupar Investimento S.A.

Os valores apresentados acima referem-se ao valor contratado inicial e não ao valor efetivamente liquidado no exercício.

d) A amortização das debêntures por indexador é como segue:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2018							
	Consolidado							
	R\$							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
CDI	458.761	243.588	215.848	129.176	105.588	-	-	1.152.961
IPCA	70.326	230.173	231.076	81.102	195.422	394.364	2.293.022	3.495.485
(-) Custos a amortizar	(20.194)	(12.907)	(11.904)	(11.292)	(10.819)	(10.392)	(28.149)	(105.657)
	<u>508.893</u>	<u>460.854</u>	<u>435.020</u>	<u>198.986</u>	<u>290.191</u>	<u>383.972</u>	<u>2.264.873</u>	<u>4.542.789</u>

26. Provisões para contingências

a) As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos judiciais				
Tributário	3.450	2.422	5.862	2.872
Cível	1.554	863	3.601	3.788
Fundiário	-	-	11.964	3.793
Trabalhista	6.124	4.323	2.478	4.533
Processos administrativos				
Regulatório (ANEEL)	-	-	28	2
	<u>11.128</u>	<u>7.608</u>	<u>23.933</u>	<u>14.988</u>
Circulante	1.071	77	-	-
Não circulante	10.057	7.531	23.933	14.988
	<u>11.128</u>	<u>7.608</u>	<u>23.933</u>	<u>14.988</u>

b) A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos
	31/12/2017				31/12/2018
Processos judiciais					
Tributário	2.422	950	78	-	-
Cível	863	734	-	(43)	-
Trabalhista	4.323	4.585	-	(2.304)	(480)
	<u>7.608</u>	<u>6.269</u>	<u>78</u>	<u>(2.347)</u>	<u>(480)</u>
					<u>11.128</u>

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 2.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$

Alupar Investimento S.A.

1.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota ou provável.

PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda:

(i) Demandas Fiscais:

- Processo Administrativo nº 10480902369201037, movido pela União em face da Controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de pedido de ressarcimento de crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ, apurado no período 2005, com compensação de débitos de PIS, COFINS e IRPJ. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.631;
- Execução Fiscal nº 0008348820148110047, em face da Controlada Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME). Trata-se de Execução Fiscal requerendo a diferença de recolhimento de alíquota de ISS, em trâmite perante a Vara Única de Jauru, cuja responsabilidade solidária inclui as empresas Global Energia Elétrica S.A. e Mavi Engenharia e Construções Ltda., com valor em risco de aproximadamente R\$ 1.216.
- Processo Administrativo nº 000455/2014 – Representação SEFAZ, em face do Secretário da Fazenda do Estado de Roraima e da Controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de Roraima, visando analisar a legalidade dos benefícios fiscais autorizados pelo Convênio do CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013. O Valor em risco aproximado é de 2.436;
- Execução Fiscal nº 08094733820178230010, em face da Controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista. Trata-se Ação ajuizada para fins de cobrança do ICMS inicialmente apurado no Auto de Infração nº 492/2015, cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 16.499.
- Processo Administrativo nº 002issqn2018, em fase da Controlada Verde 08 Energia S.A., trata-se de exigência de suposto débito de ISS decorrente dos serviços contratados para implantação. O Valor em risco aproximado é de R\$ 1.253;
- Processo Administrativo nº 109000001100000354/2017-19, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., trata-se de cobrança de ICMS pelo Estado do Amapá, referente ao diferencial de alíquota e ICMS por antecipação decorrente de substituição tributária não recolhida, cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 4.576.
- Processo Administrativo nº 19515722963201238, movido pela União em face da Controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de São Paulo/SP. Trata-se de Auto de Infração lavrado para a cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS do período de 2007. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.981

(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.607;
- Ação Civil Pública nº 00335301320054047100 proposta pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler/RS – FEPAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a Controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. Trata-se de uma ação civil pública ajuizada com fito de discutir o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas Passo São João (LP nº 710/2005-DL) e São José (LP nº 711/2005-DL). O valor em risco aproximado é de R\$ 0.002;
- Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Controlada Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.
- Ação Civil Pública nº 001983412020148090142 proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás com pedido de liminar. A presente ação possui como objetivo coibir a concessão da licença prévia pela SEMARH à Companhia, necessária para a construção da Usina Hidrelétrica Verde 11 Alto. Não há valor em risco envolvido.
- Ação Civil Pública nº 00184082320134013200 proposta pelo Ministério Público Federal em face da Controlada Trasnorte para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.211;
- Ação Civil Pública nº 00013863320168030006 proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à enchente. O valor em risco não pode ser estimado.
- Ação Revisional nº 00818741920118190001 proposta pela empresa Naturasul em face da Controlada Ijuí Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.284;
- Ação de Execução nº 00503424520108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços . O valor em risco aproximado é de R\$ 1.919;

Alupar Investimento S.A.

- Ação de Execução nº 00503433020108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços . O valor em risco aproximado é de R\$ 1.612;
- Ação Monitória nº 00465158420148160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A.contra a Controlada Foz do Rio Claro Enegia S.A., na qual requer condenação ao pagamento decorrente de serviços adicionais relacionados ao Contrato de Empreitada. O valor em risco aproximado é de R\$ 10.984;
- Ação de Reconvenção nº 10688729020138260100 proposta pela Cotesa - Desapropriações, Avaliações e Meio Ambiente Ltda. contra a Controlada Ijuí Energia S.A., visando a cobrança por serviços imprevistos e supervenientes. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.808;
- Ação Civil Pública nº 00180326620154013200, proposta pelo Ministério Público Federal em face da Controlada Transnorte para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 0.100;
- Ação de Cobrança nº 00316184620178160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Enegia S.A., na qual a autora requer a condenação referente à multa por rescisão contratual e lucros cessantes. O valor em risco aproximado é de R\$ 10.194.

(iii) Demandas Trabalhistas:

- Reclamação Trabalhista nº 00172958320165160013, movido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Inds. Urbanas do Est. MA em face da controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), em trâmite perante a Vara do Trabalho de Açailândia/MA. Trata-se de Reclamação Trabalhista que visa a cobrança de horas extras por intervalo intrajornada e interjornada, adicional e reflexos por turnos ininterruptos de revezamento. O valor em risco aproximado é de R\$ 8.578;

(iv) Demandas Arbitrais: existem três procedimentos arbitrais com risco de perda possível, a saber:

- Procedimento Arbitral. Instaurado por fornecedor em face da Controlada La Virgen S.A.C em Lima-Peru. Tem por objeto dirimir controvérsias decorrentes de contratos decorrentes da construção da Pequena Central Hidrelétrica La Virgen. O valor em risco não pode ser estimado.
- Procedimento Arbitral Instaurado por fornecedor em face da Controlada La Virgen S.A.C. em Lima - Peru. Referido procedimento tem por objeto dirimir controvérsias decorrentes da resolução do Contrato de Fornecimento de Potência e Energia Elétrica Associada. Não há valor em risco envolvido.
- Procedimento Arbitral instaurado por fornecedor em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de Empreitada. O valor em risco não pode ser estimado.

Alupar Investimento S.A.

(v) **Demandas Ambientais:** Existem seis Autos de Infração com probabilidade de perda possível, nos quais transcrevemos abaixo:

- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Destacamos que a Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.
- Auto de Infração Ambiental nº 9073335-E (02001.003498/2015-72), lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face da Controlada Transnorte Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Instalação. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.276.
- Auto de Infração Ambiental nº 9137296-E (02553.000294/2018-86), lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face da Controlada Transnorte Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Instalação. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.865.
- Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da empresa Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.000.
- Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.000.

(vi) **Demandas Penais:** não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza penal com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(vii) Demandas Regulatórias:

- Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0027834-41.2013.4.01.3400, proposta pelas Controladas Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A., Usina Paulista de Energia Lavrinhas S.A. e Usina Paulista de Energia Queluz S.A., por intermédio da Associação de Classe (APINE), contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente as Geradoras são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas Companhias, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 9.683.
- Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400, proposta pela Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 6.251.
- Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995-79.2016.4.01.3400, proposta pela Contratadora e pelas Controladas ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente as Controladas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas Companhias, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 287.
- Processo Administrativo nº 48500004408201611, movido pela Controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE) em face da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em trâmite perante a ANEEL. Trata-se de Pleito Administrativo para ser desconsiderado o período de indisponibilidade ocorrido na LT no dia 18/12/2015, para fins de aplicação dos valores de PVI. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.401;
- Ação Anulatória nº 00598045420164013400, movido pela Controlada Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (ERTE) em face da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Brasília/DF. Trata-se de Ação Anulatória para ser desconsiderado o período de indisponibilidade ocorrido na LT no dia 10/12/2014, para fins de aplicação dos valores de PVI. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.229;

27. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

b) Capital social

Aumento de Capital através de subscrição de ações

Em 05 de abril de 2017, a Companhia realizou aumento de capital conforme instrução CVM 476, no montante de R\$ 833.463 (dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia), por meio de emissão de 45.520.639 Ações Ordinárias e 82.704.360 Ações Preferenciais, incluindo Ações Ordinárias e Ações Preferenciais subjacentes às Units, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, e já considerando o Lote Suplementar, os custos totais dessa operação totalizaram o montante R\$ 26.959 ao preço de R\$ 19,50 ("Preço por Unit") e o preço por ação no valor de R\$ 6,50 ("Preço por Ação"). Em 15 de maio de 2017, A Companhia autorizou a conversão de 2.798.124 ações ordinárias em preferenciais conforme pedido do acionista Perfin Pipe II Ações FIA.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 2.981.996 (R\$ 2.148.533 em 31 de dezembro de 2017), está representado por 596.955.970 (596.955.970 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias e 282.155.299 (282.155.299 em 31 de dezembro de 2017) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
Controlador	445.995.367	74,71	5.471.128	1,94	452.995.367	75,88	5.471.128	1,94
FI - FGTS	35.162.754	5,89	70.325.508	24,92	35.162.754	5,89	70.325.508	24,92
Outros	115.797.849	19,40	206.358.663	73,14	108.797.849	18,23	206.358.663	73,14
Total das ações	596.955.970	100,00	282.155.299	100,00	596.955.970	100,00	282.155.299	100,00

Alupar Investimento S.A.

c) Reserva de Lucros

- c.1)** Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
- c.2)** Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.

d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ganho (perda) em transação de capital</u>		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	86.821	86.821
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (*)	(3.915)	(3.915)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(4.747)	(4.747)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(3.000)	(3.000)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(31.987)	(26.767)
	<u>43.172</u>	<u>48.392</u>
<u>Reserva para reinvestimento</u>		
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	466	504
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	57	57
	<u>523</u>	<u>561</u>
	<u>43.695</u>	<u>48.953</u>

(*) Perda de capital gerada na aquisição de ações da controlada ECTE

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	10.456	(1.395)
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior		
<u>Controladas</u>		
La Virgen S.A.C.	1.777	(296)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	5	56
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	8.439	7.236
Alupar Chile Inversiones SpA	-	-
Alupar Colombia S.A.S.	3.551	4.855
Saldo no fim do exercício	<u>24.228</u>	<u>10.456</u>

f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

(Em reais)	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	386.750.070,53	330.885.853,18
Reserva Legal (5%)	19.337.503,53	16.544.292,66
Lucro líquido ajustado	367.412.567,00	314.341.560,52
Dividendo mínimo obrigatório calculado (%)	50,000000%	50,000000%
Dividendo mínimo obrigatório calculado	183.706.283,50	157.170.780,26
Dividendo proposto em relação ao lucro líquido ajustado (%)	50,246884%	50,340717%
Dividendo mínimo obrigatório proposto	184.613.366,49	158.241.795,95
pagamento intercalar - Dez 2018	52.746.676,14	-
Tranche a distribuir	131.866.690,35	158.241.795,95
Dividendos mínimos	184.613.366,49	
Qtde de ações	879.111.269	
valor por ação	0,2100	
valor por UNIT	0,6300	

g) Participação de acionistas não controladores

Os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a acionistas não controladores das controladas.

28.Resultado por ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. A Companhia possui ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017
Numerador:		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	386.749	330.885
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	596.956	586.143
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	282.155	259.595
Lucro por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária (*)	0,43993	0,39124
Resultado básico e diluído por ação preferenciais (*)	0,43993	0,39124

(*) A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.

29.Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta				
Sistema de transmissão de energia				
Receita de operação e manutenção	-	-	177.124	113.560
Receita de infraestrutura	-	-	387.121	40.142
Remuneração do ativo de concessão	-	-	933.938	954.238
	-	-	1.498.183	1.107.940
Sistema de geração de energia				
Suprimento de energia (Nota 28)	87.872	178.818	586.417	591.108
	87.872	178.818	586.417	591.108
Total - Receita operacional bruta	87.872	178.818	2.084.600	1.699.048
Tributos sobre a receita operacional bruta				
Programa de Integração Social - PIS	(2.121)	(3.645)	(16.845)	(18.432)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(9.816)	(16.790)	(76.045)	(84.804)
Pis e Cofins - Diferidos	-	-	(45.760)	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - I	-	-	-	(1.124)
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	(387)	(374)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	-	-	(754)	(1.733)
	(11.937)	(20.435)	(139.791)	(106.467)
Encargos regulamentares da concessão				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(30.000)	(32.712)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(5.617)	(6.016)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnoló	-	-	(5.589)	(6.016)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(2.766)	(3.005)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TF	-	-	(6.006)	(6.641)
TFSSE e RGR Diferido	-	-	(11.922)	-
	-	-	(61.900)	(54.390)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(11.937)	(20.435)	(201.691)	(160.857)
Total - Receita operacional líquida	75.935	158.383	1.882.909	1.538.191

30. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Controladora						Consolidado					
	Exercício findo em						Exercício findo em					
	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2018			31/12/2017		
	MWh *	Preço Médio	Valor	MWh *	Preço Médio	Valor	MWh *	Preço Médio	Valor	MWh *	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia												
Contrato bilateral - ambiente livre	137.416	93,58	12.859	-	-	-	689.407	231,27	159.441	561.553	237,98	133.639
Contrato bilateral - ambiente livre - comercialização	108.046	189,02	20.423	857.104	139,86	119.877	108.046	135,76	14.668	885.904	168,86	149.597
Contrato bilateral - ambiente livre - outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	959.471	187,26	179.672
Contrato bilateral - ambiente regulado	173.951	158,54	27.578	193.199	154,15	29.782	2.047.931	153,55	314.466	193.199	158,80	30.680
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	27.012	-	-	29.159	-	-	97.842	-	-	97.520
Total - Receita operacional bruta			87.872			178.818			586.417			591.108
Energia comprada para revenda												
Contrato bilateral - ambiente livre	(624.348)	166,94	(104.231)	(1.188.271)	164,08	(194.975)	(789.527)	91,70	(72.399)	(1.841.618)	121,30	(223.384)
Contrato bilateral - ambiente regulado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.068
MRE / Spot e outros ajustes	-	-	(917)	-	-	(210)	-	-	(30.128)	-	-	(6.531)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	9.055	-	-	16.679	-	-	11.878	-	-	19.421
			(96.093)			(178.506)			(90.649)			(112.426)

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes

31. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	Exercício findo em							
	31/12/2018				31/12/2017			
	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total
	Gerais e administrativas	Outras			Gerais e administrativas	Outras		
Pessoal	(20.893)	-	(491)	(21.384)	(20.482)	-	(1.156)	(21.638)
Material	(129)	-	-	(129)	(105)	-	-	(105)
Serviços de terceiros	(15.482)	-	(254)	(15.736)	(5.995)	-	(155)	(6.150)
Depreciação e amortização	(1.221)	-	-	(1.221)	(1.204)	-	-	(1.204)
Provisão (reversão) para contingências	-	(1.504)	-	(1.504)	-	(425)	-	(425)
Aluguéis	(1.146)	-	(1)	(1.147)	(1.625)	-	(1)	(1.626)
Seguros	(50)	-	-	(50)	(63)	-	-	(63)
Doações, contribuições e subvenções	(23)	-	-	(23)	(130)	-	-	(130)
Perdas de capital	-	-	-	-	-	(21)	-	(21)
Outros tributos e taxas	(425)	-	-	(425)	(614)	-	(8)	(622)
Outras	(83)	-	-	(83)	(113)	-	-	(113)
Total	(39.452)	(1.504)	(746)	(41.702)	(30.331)	(446)	(1.320)	(32.097)

	Consolidado									
	Exercício findo em									
	31/12/2018					31/12/2017				
	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total
	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Pessoal	(50.492)	(19.310)	(56.862)	-	(126.664)	(47.442)	(9.745)	(52.998)	-	(110.185)
Material	(11.925)	(61.528)	(576)	-	(74.029)	(8.666)	(1.319)	(527)	-	(10.512)
Serviços de terceiros	(52.169)	(73.760)	(41.496)	-	(167.425)	(49.023)	(17.432)	(21.933)	-	(88.388)
Depreciação e amortização	-	(49)	(5.582)	-	(5.631)	-	-	(5.979)	-	(5.979)
Provisão (reversão) para contingências	(2.521)	237	-	(1.504)	(3.788)	(1.508)	-	(153)	(425)	(2.086)
Aluguéis	(6.069)	(2.295)	(3.759)	-	(12.123)	(6.294)	-	(4.867)	-	(11.161)
Seguros	(11.952)	(2.061)	(392)	-	(14.405)	(9.719)	(5.264)	(342)	-	(15.325)
Doações, contribuições e subvenções	(434)	-	(4.566)	-	(5.000)	(409)	-	(5.385)	-	(5.794)
Provisão (reversão) para gastos ambientais	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Perdas de capital	-	-	-	(114)	(114)	-	-	-	(22)	(22)
Outros tributos e taxas	(1.757)	-	(2.282)	-	(4.039)	(1.310)	(108)	(1.831)	-	(3.249)
Estudos de projetos	-	-	-	-	-	-	(278)	-	-	(278)
Terrenos	-	(1.736)	-	-	(1.736)	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	(260)	-	-	(260)
Máquinas e equipamentos	-	(3.900)	-	-	(3.900)	-	(4.615)	-	-	(4.615)
Outras	(23.179)	(62.406)	(628)	(2)	(86.215)	(67)	(1.121)	(164)	(114)	(1.466)
Total	(160.498)	(226.808)	(116.143)	(1.620)	(505.069)	(124.438)	(40.142)	(94.208)	(561)	(259.349)

32.Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	46.781	73.135	80.057	112.240
Atualização monetária - Depósitos judiciais	79	125	79	125
Atualização monetária - Impostos a recuperar	1.771	1.580	2.774	2.223
Outras	9.917	98	14.718	28.147
Total	58.548	74.938	97.628	142.735
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(25)	(369)	(120.456)	(151.784)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(12.321)	(23.379)
Encargos sobre debêntures	(68.295)	(59.096)	(170.494)	(202.755)
Variação monetária sobre debêntures	(9.604)	(20.949)	(19.630)	(29.206)
Variação cambial	45	(330)	(12.998)	(754)
Variação monetária - P&D	-	-	(1.528)	(1.264)
Atualização monetária - Contingências	(78)	(125)	(78)	(198)
Variação monetária - Outros	-	-	(7.812)	(5.546)
Juros e multas	1.034	(57)	(155)	(1.417)
Comissões e Fianças Bancárias	(299)	(227)	(12.772)	(1.699)
Outras	(697)	(476)	(6.231)	(5.734)
Total	(77.919)	(81.629)	(364.475)	(423.736)
Total Líquido	(19.371)	(6.691)	(266.847)	(281.001)

33.Imposto de renda e contribuição social

- a) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(89.475)	(103.612)
Diferidos	(85.957)	19.616
Total	(175.432)	(83.996)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	926.222	789.721
Juros sobre capital próprio	(81.262)	(83.240)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(287.286)	(240.204)
Ajustes para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos:		
Equivalência Patrimonial	34.609	23.377
Despesas e provisões indedutíveis	(871)	(2.024)
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	(8.605)	(9.781)
Reversão do efeito das empresas localizados no Exterior	(527)	685
Outras	(6.577)	35.872
	(269.257)	(192.075)
Incentivo Fiscal	82.110	108.079
Lei Rouanet/Esporte/FIA	6.681	-
(-) Exclusão do art.69 Inciso IV da Lei 12.973	5.034	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(175.432)	(83.996)
c) Alíquota efetiva	-18,9%	-10,6%

(*) Benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Alupar Investimento S.A.

- b) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2018		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de tributação
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transminas Holding S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Alupar Chile Inversiones SpA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Foz do Rio Claro Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ijuí Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ferreira Gomes Energia S.A. (**)	9,25%	2026	Lucro Real
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Alupar Colômbia S.A.S	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Verde 8 Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Água Limpa S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
La Virgen S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBN 9,25%	2023	Lucro Real
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	9,25%	2019	Lucro Real
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (*)	3,65%	2024	Lucro Presumido
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE (*)	3,65%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
ACE Comercializadora Ltda	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
AF Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Windepar Holding S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Transmissora Caminho do Café S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Transmissora Serra da Mantiqueira	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Transmissoras Reunidas S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidas à dedução de 3,65% Pis /Cofins.

(**) Em 08 de Outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS.

Empresas	Referente Ano Fiscal 2018		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de tributação
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	9,25%	2020	Lucro Real
Companhia Transleste de Transmissão	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transudeste de Transmissão	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transirapé de Transmissão	3,65%	2025	Lucro Presumido
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Energia dos Ventos I S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos II S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos III S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos IV S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos X S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

Empresas	Referente Ano Fiscal 2018		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas em conjunto			
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	9,25%	2024	Lucro Real
Transnorte Energia S.A. - TNE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

34. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda. Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Balanco patrimonial								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa Econômica Federal (*)	558.638	497.263	-	-	558.638	497.263	-	-
	558.638	497.263	-	-	558.638	497.263	-	-
Investimento de curto-prazo								
Caixa Econômica Federal (*)	158.469	365.765	-	-	158.469	365.765	-	-
	158.469	365.765	-	-	158.469	365.765	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	24.258	23.438	-	-	24.258	23.438
	-	-	24.258	23.438	-	-	24.258	23.438
Clientes - Compra de energia ambiente livre								
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	667	-	-	-	667	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	667	-	-	-	667	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	423	-	-	-	423	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	968	-	-	-	968	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	-	28.795	-	-	-	28.795	-	-
	2.725	28.795	-	-	2.725	28.795	-	-
Fornecedores								
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. - Compra de energia ambiente livre	-	-	-	1.049	-	-	-	1.049
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. - Compra de energia ambiente livre	-	-	-	1.094	-	-	-	1.094
Ferreira Gomes Energia S.A. - Compra de energia ambiente livre	-	-	5.680	19.265	-	-	5.680	19.265
Empresa de Transmissão Baiana S.A. - Compromisso de integralização	-	-	12.000	-	-	-	12.000	-
Verde 8 Energia S.A. - Compra de energia ambiente livre	-	-	1.388	-	-	-	1.388	-
	-	-	19.068	21.408	-	-	19.068	21.408
Contas a receber - Reembolso de despesas								
AF Energia S.A.	-	-	-	-	-	273	-	-
Verde 8 Energia S.A.	17.497	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	4	-	-	-	-	-	-
	17.497	4	-	-	-	273	-	-
Mútuos a receber								
Windepar	45.722	-	-	-	-	-	-	-
	45.722	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber								
Transminas Holding S.A.	4.485	13.061	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	1.182	11.054	-	-	-	-	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	5.510	12.502	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	4.559	4.954	-	-	-	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	9.258	1.952	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	2.610	9.508	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	13.515	9.810	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	7.059	7.755	-	-	-	-	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	17.312	16.803	-	-	17.312	16.803	-	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	3.759	4.200	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.630	2.852	-	-	-	-	-	-
Transnorte Energia S.A.	75	75	-	-	75	75	-	-
AF Energia S.A.	-	75	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	7.783	2.607	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	997	-	-	-	-	-	-	-
	79.734	97.208	-	-	17.387	16.878	-	-
Não circulante								
Adiantamento para futuro aumento de capital								
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	-	12.000	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	-	16.000	-	-	-	-	-	-
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	75.144	22.113	-	-	-	-	-	-
ACE Comercializadora Ltda.	1.100	1.100	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	530	5.250	-	-	-	-	-	-
Água Limpa S.A.	360	7.436	-	-	-	-	-	-
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	-	578	-	-	-	-	-	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	9.457	8.857	-	-	-	-	-	-
Windepar Holding S.A.	79.880	77.120	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	-	10.476	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	-	6.146	-	-	-	-	-	-
Alupar Colômbia S.A.S.	705	22.881	-	-	-	-	-	-
Alupar Chile Inversiones SpA	2.848	1.904	-	-	-	-	-	-
Transmissora Serra da Mantiqueira	-	1.703	-	-	-	-	-	-
	170.024	193.564	-	-	-	-	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	352.413	359.820	-	-	352.413	359.820
	-	-	352.413	359.820	-	-	352.413	359.820

Alupar Investimento S.A.

Parte relacionada / transação	Controladora / Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Demonstração do resultado</u>		
<u>Receita / custo com energia elétrica</u>	88.176	161.581
Alupar Investimento S.A.	67.055	89.666
Ferreira Gomes Energia S.A. - Energia comprada para revenda	5.738	43.163
Usina Paulista Queluz Energia S.A. - Energia comprada para revenda	5.697	2.777
Usina Paulista Lavrinhas Energia S.A. - Energia comprada para revenda	5.633	3.094
Foz do Rio Claro Energia S.A. - Energia comprada para revenda	2.720	20.617
Ijuí Energia S.A. - Energia comprada para revenda	1.333	2.264
Receita / custo com energia elétrica no exercício	88.176	161.581
<u>Receitas financeiras</u>	58.353	73.566
Caixa Econômica Federal (*) - Aplicações financeiras	47.996	73.566
Verde 8 Energia S.A. - Juros sobre Venda do projeto	10.357	-
<u>Despesas financeiras</u>	(44.150)	(39.956)
FI FGTS - 5ª Emissão	(44.150)	(39.956)
Resultado financeiro	14.203	33.610

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

Alupar Investimento S.A.

b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2018
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	25.580
07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	-
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.600	28/12/12	15/04/31	364.500
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	128.860
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	116.419
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	60.415
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	8.205
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	58.928
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	12.906
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	99.405
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	63.052
16/11/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	Prestação de aval e de penhor de ações	87.300	27/02/12	15/06/26	47.718
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário - 147.068/10	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	210
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	4.741

Alupar Investimento S.A.

27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança	78.473	27/12/13	15/12/28	54.001
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	15.258
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	4.700
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 177.906/13	Penhor de Ações	19.761	27/12/13	15/01/24	12.126
12/03/12	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Debêntures - 5ª emissão	Fiança	300.000	15/05/12	30/05/27	376.780
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	298.593
11/12/17	AGE	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	156.000	15/09/18	15/09/25	159.524
11/12/17	AGE	ETC	Alupar	Debêntures - 1ª Emissão	Fiança	100.000	07/12/17	07/06/19	-
11/12/17	AGE	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	116.000	15/09/18	15/09/25	118.628
10/03/17	Conselho da La Virgen S.A.C.	La Virgen SAC	Alupar	Carta Fiança	Guaranty greement	\$ 80.000	10/03/17	10/03/32	Soles \$260.864
-	Conselho da La Virgen S.A.C.	Risaralda Energia SAC	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo de 29/05/2018	COP \$120.000.000	30/05/18	30/05/25	Pesos \$119.249
-	Conselho da La Virgen S.A.C.	Risaralda Energia SAC	Alupar	Carta Fiança	Fiadora caso a Garantia Bancária seja executada	COP \$14.104.515	01/03/17	28/02/19	-
22/09/17	Conselho de Administração	Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	U\$ 30.000.000	22/09/17	22/09/20	Soles \$82.259
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos I	Alupar/Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corportativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	54.895
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos II	Alupar/Windepar			32.220	11/02/16	15/10/32	30.986
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos III	Alupar/Windepar			49.007	11/02/16	15/10/32	47.365
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos IV	Alupar/Windepar			81.047	11/02/16	15/10/32	72.669
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos X	Alupar/Windepar			47.042	11/02/16	15/10/32	39.716
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fidiciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	3.694
29/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.485/16	Penhor de ações, cessão fidiciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios.	4.469	05/04/16	15/04/21	3.610
21/11/16	AGE / Conselho de Administração	Windepar	Alupar, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	71.700

Alupar Investimento S.A.

b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2018
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.435	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.556	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.113	04/03/11	06/03/19	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS	893	03/12/12	30/11/18	14
29/05/14	Conselho de Administração	AF Energia S.A.	Alupar	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky Cjto 151 e 152	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	2.664
29/05/14	Conselho de Administração	Alupar	Guarupart	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky Cjto 161 e 162	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	2.664
N/A	N/A	Transmissora Colombiana de Energia S.A.S E.S.P.	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhia de Expertos en Mercados S.A. E.S.P.	COP \$ 53.259.299.347	30/11/16	01/03/22	-
N/A	N/A	Transmissora Colombiana de Energia S.A.S E.S.P.	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colombia	Fiança	N/A	18/12/17	16/10/21	-
N/A	N/A	La Virgen S.A.C.	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	\$ 80.000	10/03/17	10/03/32	Soles \$260.864
N/A	N/A	Verde 8	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	145.753
-	-	EDV I	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090004800 - ONS	40	17/09/2018	17/09/2019	40
-	-	EDV II	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090004900 - ONS	10	17/09/2018	17/09/2019	10
-	-	EDV III	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090005000 - ONS	31	17/09/2018	17/09/2019	31
-	-	EDV IV	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090005100 - ONS	25	17/09/2018	17/09/2019	25
-	-	EDV X	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 1001418090005200 - ONS	27	17/09/2018	17/09/2019	27
-	-	Ferreira Gomes	Alupar	Carta Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - ONS	3.483	04/07/2018	01/07/2019	3.483

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2018 no montante de até R\$ 9.907, sendo R\$ 966 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$ 8.941 referentes à remuneração da Diretoria:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios (i)	8.898	7.603	19.245	18.628
Remuneração do conselho	860	819	2.018	1.909
Total	9.758	8.422	21.263	20.537

Consolidado	
Exercício findo em	
31/12/2018	31/12/2017

Empresas pré-operacionais

Benefícios (i)	2.132	1.289
Total	2.132	1.289

Alupar Investimento S.A.

- i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

d) Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, suas controladas e investidas não possuem saldos envolvendo outras partes relacionadas.

35. Instrumentos financeiros

35.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

35.2 Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Consolidado				Classificação
	31/12/2018		31/12/2017		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2.975.423	2.975.423	1.580.070	1.580.070	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	513.756	513.756	365.765	365.765	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	110.971	110.971	128.705	128.705	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	336.477	336.477	246.739	246.739	Custo Amortizado
Ativo contratual da concessão	-	-	4.323.510	4.323.510	Custo Amortizado
	3.936.627	3.936.627	6.644.789	6.644.789	
Passivos financeiros					
Fornecedores	293.192	293.192	141.599	141.599	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.860.481	1.860.481	2.279.435	2.279.435	Custo Amortizado
Debêntures - principal e encargos	4.542.789	4.527.012	2.483.736	2.467.636	Custo Amortizado
	6.696.462	6.680.685	4.904.770	4.888.670	

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

Alupar Investimento S.A.

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Em 31 de dezembro de 2018, o percentual mínimo e máximo do preço unitário para as debêntures com mercado ativo foi a seguinte:

31/12/2018			
Código do Ativo		% PU Mínimo	% PU Máximo
Alupar Investimento S.A.	APAR16	102,99	108,36
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	ENTE12	99,57	100,29
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	ETEP12	99,36	100,00
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE14	99,93	100,14
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE25	100,00	102,12
Windepar Holding S.A.	WDPR11	102,21	110,88

Para as debêntures das controladas ETEP, ECTE, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste, Verde 8, ETAP, ETC, TPE, TCC, ETES e ETVG que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures da Companhia, das controladas e das controladas em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

35.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Consolidado			
31/12/2018	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2.975.423	-	2.975.423
Investimentos de curto prazo	513.756	-	513.756
Títulos e valores mobiliários	110.971	-	110.971
	3.600.150	-	3.600.150

Consolidado			
31/12/2017	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.580.070	-	1.580.070
Investimentos de curto prazo	365.765	-	365.765
Títulos e valores mobiliários	128.705	-	128.705
	2.074.540	-	2.074.540

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

35.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 6.403.270, sendo que 11,03% desse valor (ou R\$ 706.077) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 57,0% de recursos próprios em contrapartida a 43,0% de capital de terceiros (49,0% de recursos próprios e 51,0% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 103,93% em 31 de dezembro de 2018 e 84,95% em 31 de dezembro de 2017.

35.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e as suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2018 (*)	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,78%	0,89%	1,34%	2,23%	2,67%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	2.892.038	51.551	25.775	38.663	64.438	77.326
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	513.756	9.158	4.579	6.868	11.447	13.737
Aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários)	CDI	110.971	1.978	989	1.484	2.473	2.967

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 29 de dezembro de 2017; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e financiamentos - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2018 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			6,98%	3,49%	5,24%	8,73%	10,47%
TJLP +	0,00%	1.389	97	48	73	121	145
TJLP +	1,93%	119.343	10.795	6.549	8.672	12.918	15.040
TJLP +	2,02%	32.150	2.939	1.794	2.367	3.511	4.084
TJLP +	2,04%	805	74	45	59	88	102
TJLP +	2,18%	245.631	22.875	14.115	18.495	27.255	31.634
TJLP +	2,22%	21.111	1.975	1.222	1.598	2.352	2.728
TJLP +	2,34%	264.197	25.056	15.619	20.337	29.774	34.493
TJLP +	2,44%	153.635	14.735	9.242	11.988	17.481	20.228
TJLP +	3,17%	116.419	12.075	7.883	9.979	14.171	16.267
TJLP +	3,50%	4.741	508	337	423	594	680
TJLP +	6,00%	3.610	484	350	417	550	617
Total			963.031	91.611	57.204	74.408	108.815
							126.019

Debêntures - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2018 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,78%	0,89%	1,34%	2,23%	2,67%
	CDI +	1,10%	30.024	871	600	735	1.006
	CDI +	1,08%	23.041	663	456	560	767
	CDI +	1,15%	20.899	617	429	523	711
	CDI +	2,15%	38.451	1.527	1.177	1.352	1.702
	CDI +	107,75%	162.402	181.002	177.995	179.499	182.506
	CDI +	109,75%	285.863	324.422	319.079	321.751	327.094
	CDI +	112,00%	339.995	393.642	387.218	390.430	396.854
	CDI +	113,00%	154.687	180.669	177.733	179.201	182.138
	CDI +	113,50%	31.297	36.713	36.118	36.415	37.011
	CDI +	116,00%	66.302	79.463	78.187	78.825	80.101
							80.739
IPCA			3,77%	1,89%	2,83%	4,71%	5,66%
	IPCA +	3,28%	315.243	22.614	16.477	19.546	25.683
	IPCA +	5,96%	145.753	14.503	11.592	13.048	15.959
	IPCA +	6,17%	204.762	20.824	16.727	18.775	22.873
	IPCA +	6,47%	298.593	31.300	25.307	28.304	34.296
	IPCA +	6,53%	1.776.463	187.349	151.676	169.513	205.185
	IPCA +	7,33%	306.191	34.833	28.639	31.736	37.931
	IPCA +	7,80%	376.780	44.701	37.045	40.873	48.530
	IPCA +	8,50%	71.700	9.027	7.561	8.294	9.761
							10.494
Total			4.648.446	1.564.743	1.474.014	1.519.379	1.610.108
							1.655.472

(*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os empréstimos e financiamentos que são remunerados com taxa fixa.

35.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

35.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

35.6.2 Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 3.600.150 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018, com base nos pagamentos contratuais não descontados que incluem o principal mais os encargos financeiros.

Período findo em 31 de dezembro de 2018	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	285.721	7.471	-	-	-	293.192
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	73.064	124.120	268.275	702.587	692.435	1.860.481
Debêntures	102.361	406.532	503.781	986.772	2.543.343	4.542.789
Total	461.146	538.123	772.056	1.689.359	3.235.778	6.696.462

Outro ponto importante é que 89,38% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas (84,73% em 31 de dezembro de 2017), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento. Cerca de 43,31% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (20,7% em 31 de dezembro de 2017).

35.6.3 Riscos de mercado

Risco Hidrológico:

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo “Generation Scaling Factor (GSF)” ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

Risco de Descontratação:

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2017 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

A partir de 2017, as receitas das controladas de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

35.6.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 5,30% do total da dívida consolidada (16,19% em 31 de dezembro de 2017).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

35.6.5 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

35.6.6 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

35.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide notas explicativas 24 e 25).

35.6.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos (líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	-	(1.471)	(197.184)	(619.446)
Não circulante	-	-	(1.663.297)	(1.659.989)
Debêntures (líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(27.463)	(78.271)	(508.893)	(471.937)
Não circulante	(652.527)	(647.643)	(4.033.896)	(2.011.799)
Dívida total	(679.990)	(727.385)	(6.403.270)	(4.763.171)
Caixa e equivalentes de caixa	231.878	570.694	2.975.423	1.580.070
Investimentos de curto prazo	513.756	365.765	513.756	365.765
Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)	-	-	110.971	128.705
Dívida líquida	65.644	209.074	(2.803.120)	(2.688.631)
Patrimônio líquido	4.328.048	3.883.930	6.261.709	5.606.797
Índice de endividamento líquido	(0,02)	(0,05)	0,45	0,48

36. Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2018							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	1.624.736	586.721	-	98.907	2.310.364	(126.553)	(99.211)	2.084.600
Receita de transmissão de energia	187.187	-	-	-	187.187	(10.063)	-	177.124
Receita de infraestrutura	434.972	-	-	-	434.972	(47.851)	-	387.121
Remuneração do ativo da concessão	1.002.577	-	-	-	1.002.577	(68.639)	-	933.938
Suprimento de energia	-	586.721	-	87.872	674.593	-	(88.176)	586.417
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	11.035	11.035	-	(11.035)	-
Deduções da receita operacional bruta	(164.345)	(38.739)	-	(13.345)	(216.429)	14.738	-	(201.691)
Receita operacional líquida	1.460.391	547.982	-	85.562	2.093.935	(111.815)	(99.211)	1.882.909
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(82.732)	-	(96.093)	(178.825)	-	88.176	(90.649)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(29.021)	-	-	(29.021)	-	-	(29.021)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(10.646)	-	-	(10.646)	-	-	(10.646)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(93.546)	(72.841)	-	(12.340)	(178.727)	7.194	11.035	(160.498)
Custo de infraestrutura	(270.668)	-	-	-	(270.668)	43.860	-	(226.808)
Depreciação / Amortização	(4)	(96.138)	-	(29)	(96.171)	-	-	(96.171)
	(364.218)	(291.378)	-	(108.462)	(764.058)	51.054	99.211	(613.793)
Lucro bruto	1.096.173	256.604	-	(22.900)	1.329.877	(60.761)	-	1.269.116
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(46.972)	(27.908)	(43.815)	(11)	(118.706)	2.563	-	(116.143)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	470.541	-	470.541	-	(435.932)	34.609
Outras receitas	366	156	6.585	-	7.107	-	-	7.107
Outras despesas	(198)	-	(1.504)	-	(1.702)	82	-	(1.620)
	(46.804)	(27.752)	431.807	(11)	357.240	2.645	(435.932)	(76.047)
LAJIR	1.049.369	228.852	431.807	(22.911)	1.687.117	(58.116)	(435.932)	1.193.069
Depreciação / Amortização	2.849	97.085	1.786	32	101.752	-	-	101.752
LAJIDA	1.052.218	325.937	433.593	(22.879)	1.788.869	(58.116)	(435.932)	1.294.821
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(117.210)	(159.593)	(98.941)	(12)	(375.756)	11.281	-	(364.475)
Encargos de dívidas	(110.118)	(136.088)	(87.259)	-	(333.465)	10.346	-	(323.119)
Variações cambiais	1.028	(15.429)	(4.770)	-	(19.171)	-	-	(19.171)
Outras	(8.120)	(8.076)	(6.912)	(12)	(23.120)	935	-	(22.185)
Receitas financeiras	21.085	16.323	61.991	42	99.441	(1.813)	-	97.628
Receitas de aplicações financeiras	18.833	13.864	48.827	42	81.566	(1.402)	-	80.164
Outras	2.252	2.459	13.164	-	17.875	(411)	-	17.464
	(96.125)	(143.270)	(36.950)	30	(276.315)	9.468	-	(266.847)
LAIR	953.244	85.582	394.857	(22.881)	1.410.802	(48.648)	(435.932)	926.222
IR e CSLL correntes	(75.193)	(15.905)	(598)	-	(91.696)	2.221	-	(89.475)
IR e CSLL diferidos	(88.224)	(6.384)	-	-	(94.608)	8.651	-	(85.957)
	(163.417)	(22.289)	(598)	-	(186.304)	10.872	-	(175.432)
Lucro líquido Consolidado	789.827	63.293	394.259	(22.881)	1.224.498	(37.776)	(435.932)	750.790
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(364.041)	(364.041)
Lucro líquido Alupar	789.827	63.293	394.259	(22.881)	1.224.498	(37.776)	(799.973)	386.749
Ativos operacionais	10.729	4.407.682	151.839	945	4.571.195	(216.301)	(102.704)	4.252.190
Passivos operacionais	190.312	356.629	105.595	1.484	654.020	(9.306)	(18.384)	626.330

(a) Holding compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis

(b) Outros compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente

Alupar Investimento S.A.

	Exercício findo em					Total eliminações	Total consolidado
	31/12/2018						
	Subtotal	Eliminações					
Transmissão		Geração	Holding	Outros			
Receita operacional bruta	2.310.364	(126.553)	(88.176)	-	(11.035)	(225.764)	2.084.600
Receita de transmissão de energia	187.187	(10.063)	-	-	-	(10.063)	177.124
Receita de infraestrutura	434.972	(47.851)	-	-	-	(47.851)	387.121
Remuneração do ativo da concessão	1.002.577	(68.639)	-	-	-	(68.639)	933.938
Suprimento de energia	674.593	-	(88.176)	-	-	(88.176)	586.417
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	11.035	-	-	-	(11.035)	(11.035)	-
Deduções da receita operacional bruta	(216.429)	14.738	-	-	-	14.738	(201.691)
Receita operacional líquida	2.093.935	(111.815)	(88.176)	-	(11.035)	(211.026)	1.882.909
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(178.825)	-	-	-	88.176	88.176	(90.649)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(29.021)	-	-	-	-	-	(29.021)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(10.646)	-	-	-	-	-	(10.646)
Custo de operação	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(178.727)	7.194	11.035	-	-	18.229	(160.498)
Custo de infraestrutura	(270.668)	43.860	-	-	-	43.860	(226.808)
Depreciação / Amortização	(96.171)	-	-	-	-	-	(96.171)
	(764.058)	51.054	11.035	-	88.176	150.265	(613.793)
Lucro bruto	1.329.877	(60.761)	(77.141)	-	77.141	(60.761)	1.269.116
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(118.706)	2.563	-	-	-	2.563	(116.143)
Resultado de equivalência patrimonial	470.541	-	-	(435.932)	-	(435.932)	34.609
Outras receitas	7.107	-	-	-	-	-	7.107
Outras despesas	(1.702)	82	-	-	-	82	(1.620)
	357.240	2.645	-	(435.932)	-	(433.287)	(76.047)
LAJIR	1.687.117	(58.116)	(77.141)	(435.932)	77.141	(494.048)	1.193.069
Depreciação / Amortização	101.752	-	-	-	-	-	101.752
LAJIDA	1.788.869	(58.116)	(77.141)	(435.932)	77.141	(494.048)	1.294.821
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(375.756)	11.281	-	-	-	11.281	(364.475)
Encargos de dívidas	(333.465)	10.346	-	-	-	10.346	(323.119)
Variações cambiais	(19.171)	-	-	-	-	-	(19.171)
Outras	(23.120)	935	-	-	-	935	(22.185)
Receitas financeiras	99.441	(1.813)	-	-	-	(1.813)	97.628
Receitas de aplicações financeiras	81.566	(1.402)	-	-	-	(1.402)	80.164
Outras	17.875	(411)	-	-	-	(411)	17.464
	(276.315)	9.468	-	-	-	9.468	(266.847)
LAIR	1.410.802	(48.648)	(77.141)	(435.932)	77.141	(484.580)	926.222
IR e CSLL correntes	(91.696)	2.221	-	-	-	2.221	(89.475)
IR e CSLL diferidos	(94.608)	8.651	-	-	-	8.651	(85.957)
	(186.304)	10.872	-	-	-	10.872	(175.432)
Lucro líquido Consolidado	1.224.498	(37.776)	(77.141)	(435.932)	77.141	(473.708)	750.790
Participação de não controladores	-	(345.345)	(10.896)	(7.800)	-	(364.041)	(364.041)
Lucro líquido Alupar	1.224.498	(383.121)	(88.037)	(443.732)	77.141	(837.749)	386.749
Ativos operacionais							
	4.571.195	(216.301)	-	(102.704)	-	(319.005)	4.252.190
Passivos operacionais							
	654.020	(9.306)	-	(18.384)	-	(27.690)	626.330

Alupar Investimento S.A.

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2017							
	Transmissão (a)	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	1.189.187	573.871	-	187.942	1.951.000	(81.247)	(170.705)	1.699.048
Receita de transmissão de energia	123.453	-	-	-	123.453	(9.893)	-	113.560
Receita de infraestrutura	53.445	-	-	-	53.445	(13.303)	-	40.142
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.012.289	-	-	-	1.012.289	(58.051)	-	954.238
Suprimento de energia	-	573.871	-	178.818	752.689	-	(161.581)	591.108
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.124	9.124	-	(9.124)	-
Deduções da receita operacional bruta	(108.196)	(38.699)	-	(21.653)	(168.548)	7.691	-	(160.857)
Receita operacional líquida	1.080.991	535.172	-	166.289	1.782.452	(73.556)	(170.705)	1.538.191
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(95.501)	-	(178.506)	(274.007)	-	161.581	(112.426)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(28.196)	-	-	(28.196)	-	-	(28.196)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(8.400)	-	-	(8.400)	-	-	(8.400)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(85.418)	(40.728)	-	(14.239)	(140.385)	6.823	9.124	(124.438)
Custo de infraestrutura	(53.445)	-	-	-	(53.445)	13.303	-	(40.142)
Depreciação / Amortização	(36)	(93.425)	-	(18)	(93.479)	-	-	(93.479)
Lucro bruto	(138.899)	(266.250)	-	(192.763)	(597.912)	20.126	170.705	(407.081)
Despesas e receitas operacionais	942.092	268.922	-	(26.474)	1.184.540	(53.430)	-	1.131.110
Administrativas e gerais	(45.643)	(19.510)	(32.982)	(31)	(98.166)	3.958	-	(94.208)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	422.853	-	422.853	-	(399.476)	23.377
Outras receitas	-	11.212	(208)	-	11.004	-	-	11.004
Outras despesas	(8)	(112)	(446)	-	(566)	5	-	(561)
LAJIR	896.441	260.512	389.217	(26.505)	1.519.665	(49.467)	(399.476)	1.070.722
Depreciação / Amortização	2.795	94.632	2.009	22	99.458	-	-	99.458
LAJIDA	899.236	355.144	391.226	(26.483)	1.619.123	(49.467)	(399.476)	1.170.180
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(171.196)	(159.088)	(105.873)	(24)	(436.181)	12.445	-	(423.736)
Encargos de dívidas	(163.045)	(139.066)	(104.424)	-	(406.535)	11.265	-	(395.270)
Variações cambiais	(649)	(13.797)	(330)	-	(14.776)	-	-	(14.776)
Outras	(7.502)	(6.225)	(1.119)	(24)	(14.870)	1.180	-	(13.690)
Receitas financeiras	28.746	40.687	75.569	72	145.074	(2.339)	-	142.735
Receitas de aplicações financeiras	25.200	15.389	73.762	72	114.423	(1.988)	-	112.435
Outras	3.546	25.298	1.807	-	30.651	(351)	-	30.300
LAIR	(142.450)	(118.401)	(30.304)	48	(291.107)	10.106	-	(281.001)
IR e CSLL diferidos	753.991	142.111	358.913	(26.457)	1.228.558	(39.361)	(399.476)	789.721
IR e CSLL correntes	(89.926)	(15.363)	(101)	-	(105.390)	1.778	-	(103.612)
IR e CSLL diferidos	22.255	(8.645)	-	-	13.610	6.006	-	19.616
Lucro líquido Consolidado	(67.671)	(24.008)	(101)	-	(91.780)	7.784	-	(83.996)
Participação de não controladores	686.320	118.103	358.812	(26.457)	1.136.778	(31.577)	(399.476)	705.725
Lucro líquido Alupar	686.320	118.103	358.812	(26.457)	1.136.778	(31.577)	(774.316)	330.885
Ativos operacionais	5.185.377	4.119.434	65.347	354	9.370.512	(696.984)	(51.026)	8.622.502
Passivos operacionais	117.962	202.081	40.632	1.928	362.603	(4.711)	(51.026)	306.866

(a) Holding compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis

(b) Outros compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente

Alupar Investimento S.A.

	Exercício findo em					Total eliminações	Total consolidado
	31/12/2017						
	Subtotal	Eliminações					
Transmissão		Geração	Holding	Outros			
Receita operacional bruta	1.951.000	(81.247)	(161.581)	-	(9.124)	(251.952)	1.699.048
Receita de transmissão de energia	123.453	(9.893)	-	-	-	(9.893)	113.560
Receita de infraestrutura	53.445	(13.303)	-	-	-	(13.303)	40.142
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.012.289	(58.051)	-	-	-	(58.051)	954.238
Suprimento de energia	752.689	-	(161.581)	-	-	(161.581)	591.108
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	9.124	-	-	-	(9.124)	(9.124)	-
Deduções da receita operacional bruta	(168.548)	7.691	-	-	-	7.691	(160.857)
Receita operacional líquida	1.782.452	(73.556)	(161.581)	-	(9.124)	(244.261)	1.538.191
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(274.007)	-	-	-	161.581	161.581	(112.426)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(28.196)	-	-	-	-	-	(28.196)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.400)	-	-	-	-	-	(8.400)
Custo de operação	-						
Custo dos serviços prestados	(140.385)	6.823	9.124	-	-	15.947	(124.438)
Custo de infraestrutura	(53.445)	13.303	-	-	-	13.303	(40.142)
Depreciação / Amortização	(93.479)	-	-	-	-	-	(93.479)
	(597.912)	20.126	9.124	-	161.581	190.831	(407.081)
Lucro bruto	1.184.540	(53.430)	(152.457)	-	152.457	(53.430)	1.131.110
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(98.166)	3.958	-	-	-	3.958	(94.208)
Resultado de equivalência patrimonial	422.853	-	-	(399.476)	-	(399.476)	23.377
Outras receitas	11.004	-	-	-	-	-	11.004
Outras despesas	(566)	5	-	-	-	5	(561)
	335.125	3.963	-	(399.476)	-	(395.513)	(60.388)
LAJIR	1.519.665	(49.467)	(152.457)	(399.476)	152.457	(448.943)	1.070.722
Depreciação / Amortização	99.458	-	-	-	-	-	99.458
LAJIDA	1.619.123	(49.467)	(152.457)	(399.476)	152.457	(448.943)	1.170.180
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(436.181)	12.445	-	-	-	12.445	(423.736)
Encargos de dívidas	(406.535)	11.265	-	-	-	11.265	(395.270)
Variações cambiais	(14.776)	-	-	-	-	-	(14.776)
Outras	(14.870)	1.180	-	-	-	1.180	(13.690)
Receitas financeiras	145.074	(2.339)	-	-	-	(2.339)	142.735
Receitas de aplicações financeiras	114.423	(1.988)	-	-	-	(1.988)	112.435
Outras	30.651	(351)	-	-	-	(351)	30.300
	(291.107)	10.106	-	-	-	10.106	(281.001)
LAIR	1.228.558	(39.361)	(152.457)	(399.476)	152.457	(438.837)	789.721
IR e CSLL correntes	(105.390)	1.778	-	-	-	1.778	(103.612)
IR e CSLL diferidos	13.610	6.006	-	-	-	6.006	19.616
	(91.780)	7.784	-	-	-	7.784	(83.996)
Lucro líquido Consolidado	1.136.778	(31.577)	(152.457)	(399.476)	152.457	(431.053)	705.725
Participação de não controladores	-	(338.452)	(29.249)	(7.139)	-	(374.840)	(374.840)
Lucro líquido Alupar	1.136.778	(370.029)	(181.706)	(406.615)	152.457	(805.893)	330.885
Ativos operacionais	9.370.512	(696.984)	-	(51.026)	-	(748.010)	8.622.502
Passivos operacionais	362.603	(4.711)	-	(51.026)	-	(55.737)	306.866

37. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017
Assistência médica e vale transporte	6.282	6.034
Previdência privada (*)	1.437	1.127
Educação	54	182
Auxílio alimentação	3.986	3.781
Outros	1.275	1.481
Total	13.034	12.605

(*) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

38.Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2018 estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2018	
	Importância segurada	Prêmio total
Compreensivo Empresarial	19.450	15
Responsabilidade Civil	3.342.424	1.998
Risco de Engenharia	284.005	313
Fraude Corporativa e D.O.	5.000	55
Riscos Nomeados / Operacionais	11.380.807	7.316
Veículos	Tabela	165
Seguro de Riscos Equipamentos	498	4
Fiel Cumprimento	374.941	6.189
Seguro Garantia Judicial	4.898	124
Seguro Garantia Performance	80.356	644
Seguro Garantia Projeto Aneel	3.798	24

39.Eventos subsequentes**Adiantamento para futuro aumento de capital**

Os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia após o período findo em 31 de dezembro de 2018 são conforme segue, valores em reais:

Controlada	Data	Valor
Apaete Participações em Transmissão S.A.	29/01/2019	1.209
Windepar Holding S.A.	26/02/2019	6.011
Apaete Participações em Transmissão S.A.	19/02/2019	51
Alupar Colombia S.A.S	08/03/2019	1.421
Apaete Participações em Transmissão S.A.	21/03/2019	85
		8.777

Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas em fase pre operacional mantem contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de matérias para a construção dos respectivos empreendimentos, no montante de R\$ 572.300.

Em 31 de dezembro de 2018 a ETB possui 93% da sua demanda de alumínio contratada a preço fixo e as empresas TSM, TCC e TPE possuem cerca de 50% das toneladas de alumínio negociadas a preço fixo.